

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

PRICILLA APARECIDA RAMOS DA SILVA

**CRISE, ESTADO E PERIFERIA URBANA: UM ESTUDO
SOBRE O LUGAR DOS EXCEDENTES
NA ATUALIDADE**

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Pricilla Aparecida Ramos da.

Crise, Estado e periferia urbana : um estudo sobre o lugar dos excedentes na atualidade / Pricilla Aparecida Ramos da Silva. -- 2017.

89 f. : il.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

1. Crise. 2. Periferia urbana. 3. Excedentes. 4. Desempregados. 5. Desocupados. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

PRICILLA APARECIDA RAMOS DA SILVA

**CRISE, ESTADO E PERIFERIA URBANA: UM ESTUDO
SOBRE O LUGAR DOS EXCEDENTES
NA ATUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Juiz de Fora

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elizete
Menegat

Linha de Pesquisa: Serviço Social e
sujeitos sociais

Aprovado em 30 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Elizete Menegat – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. André Villar Gomes
Secretaria do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dra. Viviane Pereira Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora

JUIZ DE FORA

2017

Em memória de minha avó materna (e mãe) Clotildes Ramos Pinheiro Estevão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por renovar minhas forças diariamente, por iluminar e direcionar meu caminhar.

À amiga Raffaele Pedroso que sempre me estimulou a buscar conhecimento e aprimoramento profissional.

À professora e orientadora Elizete Menegat por todo empenho e dedicação para o desenvolvimento desse trabalho. Gratidão eterna!

Aos professores André Villar Gomes, Viviane Pereira Souza e Felipe Brito pelo convite aceito e pelas contribuições na elaboração deste trabalho.

À coordenação do mestrado e aos funcionários da secretaria (em especial a Elizabeth Garcia) que sempre demonstraram prontidão para resolver as questões apresentadas.

À minha madrinha Rejane Morais pelo apoio nessa reta final.

Às amigas Erica Santo, Cátia Modesto, Danielle Moreira e Marilda Elena pelas partilhas e desabafos nos momentos de estresse.

À professora Dora Vargas profissional que sempre esteve disposta a compartilhar seu conhecimento mesmo fora do espaço acadêmico.

À professora Raquel Brigatte pelo incentivo e capricho no trabalho de revisão deste texto.

Ao companheirismo de Carlos José Nogueira que foi fundamental para fechar esse ciclo com um pouco mais de tranquilidade.

A todos os amigos que de perto ou de longe estiveram e estão na torcida pela conquista de meus ideais.

"Enquanto a classe média do terceiro mundo fortifica-se cada vez mais em seus condomínios de parques temáticos nos subúrbios e em "aldeias de segurança" eletrificada, perde a compreensão moral e cultural das urbanas terras de ninguém que deixou para trás."

(Mike Davis, Planeta Favela)

RESUMO

O objeto desse estudo são os moradores da periferia das cidades brasileiras que se organizam para criar alternativas para acessar os meios de vida, tais como renda e moradia, nesses tempos em que a crise estrutural do capital submete contingentes massivos ao desemprego, à desocupação. Nesse sentido, buscamos compreender o estágio atual da crise do capitalismo e os processos destrutivos do seu modo de produção movidos pela ideologia da modernidade. Observamos uma profunda transformação no mundo do trabalho como consequência do desenvolvimento das forças produtivas que expulsa o trabalho humano da produção. Assim, a crise do capital cria uma superpopulação de desempregados que, ao se exceder, já não exerce a função do exército industrial de reserva. Tornam-se desocupados, supérfluos, sujeitos ao descarte e destinados ao lixo nas periferias das cidades sem que o Estado lhes assegure proteção social.

Palavras-chave: crise; periferia urbana, excedentes, desempregados; desocupados.

ABSTRACT

The object of this study is the inhabitants of the periphery of Brazilian cities who organize themselves to create alternatives to access the means of life, such as income and housing, in those times when the structural crisis of capital submits massive contingents to unemployment. In this sense, we seek to understand the current stage of the crisis of capitalism and the destructive processes of its mode of production driven by the ideology of modernity. We see a profound transformation in the world of labor as a consequence of the development of the productive forces that drives out human labor from production. Thus, the crisis of capital creates a superpopulation of the unemployed who, when it exceeds, no longer exercises the function of the reserve industrial army. They become unoccupied, superfluous, subject to discarding as waste in the peripheries of cities without the state guaranteeing them social protection.

Keywords: crisis; urban periphery; superfluous; unemployed; unoccupied.

LISTA DE SIGLAS

BANG: Bits Átomos Neurociências Genes
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CAGED: Cadastro Geral de Empregado e Desempregados
CRASS: Centro de Reabilitação e Assistência Social
COHABs: Companhias de Habitações
EUA: Estados Unidos da América
FGTS: Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FMI: Fundo Monetário Internacional
FIFA: Federação Internacional de Futebol
FJP: Fundação João Pinheiro
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia
MIT: Massachusetts Institute of Technology
TEM: Ministério do Trabalho e Emprego
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OEA: Organizações dos Estados Americanos
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PT: Partido dos Trabalhadores
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
RMRJ: Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RAIS: Relação Anual de Informações Sociais
SAU: Secretaria de Atividades Urbanas
STF: Supremo Tribunal Federal
UAI: Unidade de Atendimento Integrado

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Evolução da Força de Trabalho em dez anos.....	72
Gráfico 2: Maior índice de ocupação.....	76
Quadro 1: Acesso das famílias atendidas pela Assistência Social em Juiz de Fora ao trabalho e à renda	77

**CRISE, ESTADO E PERIFERIA URBANA: UM ESTUDO
SOBRE O LUGAR DOS EXCEDENTES
NA ATUALIDADE**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1- CRISE DO CAPITAL E PRODUÇÃO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO NA CIDADE	13
1.1 Crise do capital e espaço urbano	13
1.2 Cidade e força de trabalho	24
1.2.1 Valor e trabalho	30
CAPÍTULO 2 - ESTADO E QUESTÃO DA MORADIA	44
2.1 Engels e a questão da moradia no final do séc. XIX	44
2.2 Limites do programa Minha Casa Minha Vida	48
2.3 Estado e limites do poder político na atualidade	53
2.4 Direito à cidade	59
CAPÍTULO 3 - MASSAS PERIFÉRICAS	63
3.1 Periferia e massas excedentes	63
3.2 Superpopulação desempregada e desocupada de Juiz de Fora	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80

Apresentação

O presente trabalho tem como objeto de estudo os moradores da periferia das cidades brasileiras que, a cada dia, encontram mais dificuldades para acessar meios de vida, tais como renda e moradia, nesses tempos em que a crise estrutural do capital submete contingentes massivos ao desemprego e à desocupação. Em um primeiro momento, procuramos compreender os movimentos do capital em sua fase atual, que não mais se configura como uma crise cíclica, mas, como uma crise estrutural ou terminal.

Essa situação tem ocasionado sérios impactos no espaço urbano, uma vez que, em nome da valorização capitalista, as questões relacionadas à reprodução da vida social, principalmente do segmento de classe de baixa renda, são banalizadas. O espaço urbano é articulado por diversas relações sociais como comércio, trabalho, transporte, cultura e etc. Essa dialética da cidade fará dela um palco de disputa por interesses diversos, uma vez que sua produção se dá pelas mãos do Estado, dos proprietários fundiários, dos detentores dos meios de produção, pelo capital financeiro, imobiliário e, também, pelos grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Porém o acesso ao espaço plenamente urbanizado é restrito aos grandes capitalistas que dominam a dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas.

Para reduzir os custos e aumentar a produtividade, o capital empenha-se em desenvolver tecnologias poupadoras de força de trabalho. Nesse sentido, produz mudanças significativas na composição orgânica do capital: a participação do trabalho vivo na produção tende a ser, em termos relativos e absolutos, cada vez menor.

Observar as transformações dos centros urbanos e, também, no mercado de trabalho ajuda a entender a forma de apropriação e exploração da força de trabalho que constrói a cidade e ao mesmo tempo não pode usufruir plenamente das redes urbanas de bens, serviços e equipamentos de uso coletivo. Sucintamente, buscamos fazer uma reflexão sobre o valor e o trabalho como motores fundamentais do capital. As condições de deslocamento espacial e de acesso aos locais de trabalho, zonas comerciais e de serviços, são questões que vão implicar no fator mobilidade que afetará diretamente a vida do trabalhador e dos moradores em geral. O dispêndio de tempo que envolve a locomoção entre o local de trabalho e de moradia é apontado por Villaça (1986), como um dos maiores problemas enfrentados pelos habitantes da cidade.

Essa e outras restrições ao acesso, pelas massas urbanas, ao "ambiente construído" e ao solo urbanizado terá por consequência várias modalidades de informalidade que vai desde a ocupação do solo urbano, a autoconstrução do espaço para viver, o acesso de serviços como luz, gás de cozinha, TV a cabo entre outros.

A cidade capitalista é o berço da deflagração das expressões da questão social, onde as principais contradições sociais e econômicas alcançam visibilidade. É um campo que tem a demarcação da segregação sócio-territorial gerada pelo novo padrão de acumulação. Os investimentos de modernização permanentemente realizados na cidade constituem uma aposta de à distintas frações do capital. Chegamos à cena contemporânea com nossas cidades desenhadas pelas profundas modificações exigidas pelos interesses de valorização do capital excedente que se encontra na esfera financeira e da mundialização do sistema capitalista de produção.

Toda essa movimentação em escala global, governada pelas políticas neoliberais, é causa de muitos transtornos no cenário urbano para população trabalhadora que vive no limite com baixos salários ou sem salário algum.

A começar pelo rendimento fictício que o capital financeiro vem alcançando como nova modalidade de compensar a queda contínua das taxas de lucro motivadas pela substituição do trabalho vivo por mecanismos de automação.

Diante da compulsão de permanentemente modernizar as tecnologias de produção, produzindo inovações, o capital aumenta o potencial do descarte de trabalho humano e de seres não rentáveis.

Diante do colapso capitalista e urbano geradores de uma massa de desempregados, desocupados e sem teto, questionamos os limite da autonomia do Estado, seus limites para resolver demandas sociais, tais como a moradia, tendo como exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo governo petista em 2009, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. A questão é se este pacote habitacional busca, de fato, enfrentar o déficit habitacional, uma vez que o que temos é um “programa construtor de casas com má qualidade, sem cidade e longe da cidade”. Observamos então, que o Estado não soluciona o problema da moradia, mas, limita-se a administrar a barbárie quando é possível.

A luta pelo direito à cidade tem se traduzido em formas de ocupar ilegalmente o solo urbano como alternativa de sobrevivência. E, por fim, chega-se ao ponto da cidade construída pela população sem lugar, classificada por muitos como a cidade ilegal, o subúrbio, a favela, o gueto ou periferia.

No capítulo três, abordamos o desemprego, a desocupação, a criminalização da pobreza como componentes da fórmula da produção das massas periféricas. A luta pela sobrevivência fora do lugar adequado para se viver desses contingentes da sociedade não encontram outro lugar se não a informalidade. Nessa condição, ocupam moradias, acessam a serviços como água, luz entre outros de forma irregular, logo são taxados como informais e predestinados ao descarte. Analisamos a evolução da força de trabalho entre os anos 2002 e 2012, com pauta nos dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

Por fim, nos voltamos a realidade da superpopulação desempregada e desocupada de Juiz de Fora, junto a dados sobre o acesso ao trabalho da população moradora nas áreas de abrangência dos CRASS, coletados em uma pesquisa realizada pela Secretaria de Assistência Social. Então relacionamos essa realidade com alternativa do trabalho informal enfrentado como um dos meios encontrado para suprir as necessidades suficientes à sobrevivência.

De forma sucinta, apontamos as experiências vivenciadas pelos trabalhadores informais em Juiz de Fora, em especial a vivência diária dos vendedores ambulantes que resistem a fiscalização da Secretaria de Atividades Urbanas (SAU) que rotineiramente, faz rondas pelas áreas centrais da cidade, abordando-os com violência, amedrontando-os e, muitas vezes detendo-os e apreendendo suas mercadorias.

CAPÍTULO 1

CRISE DO CAPITAL E PRODUÇÃO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO NA CIDADE

1.1. Crise do capital e espaço urbano

O modo de produção capitalista é um sistema que, ao longo de toda a sua história, gerou intervalos de crises agudas. Por serem recorrentes, de tempos em tempos, essas crises foram chamadas de cíclicas e o seu surgimento foi observado sempre que o capital encontrou barreiras para continuar o seu movimento de reprodução ampliada.

O capital necessita, permanentemente, perseguir a sua valorização. Esta lei, intrínseca ao capital, obriga os empreendedores capitalistas a concorrerem, permanentemente, entre si em busca do aumento da produtividade a qual é alcançada através do desenvolvimento de novas tecnologias de produção e da ampliação dos mercados. Para reduzir os custos e aumentar a produtividade, o capital empenha-se em desenvolver tecnologias poupadoras de força de trabalho. Nesse sentido, produz mudanças significativas na composição orgânica do capital: a participação do trabalho vivo na produção tende a ser, em termos relativos e absolutos, cada vez menor, enquanto a participação do trabalho morto tende a aumentar.

Além do domínio sobre o tempo de trabalho, o capital precisa de espaço para organizar e controlar as condições da produção, bem como das condições de reprodução da força de trabalho, da vida humana. A terra é uma mercadoria de alto valor e indispensável a este fim. A terra é esse produto determinante que adquire alto valor por não se reproduzir, por não ser transitável e móvel. Portanto, este último fator determina, também, a questão da localização de cada imóvel. Mas, o alto custo da terra não se dá pela sua qualidade “nua e crua”, sua valorização é potenciada à medida em que vai sendo munida por equipamentos urbanos como: transporte, iluminação, saneamento básico, dentre outros serviços que ofereçam condições de habitabilidade aos moradores da cidade. Estamos falando de um espaço para viver, urbanizado, que é caracterizado por Harvey (1982) como ambiente construído que resulta do trabalho.

O trabalho e o viver não podem ser totalmente divorciados um do outro. O que acontece no lugar onde se trabalha não pode ser esquecido do lugar onde se vive; no entanto, temos uma compreensão muito pobre das relações entre

ambos. A definição de um "valor de uso para o trabalho no ambiente construído" não pode depender da experiência do trabalho. (HARVEY, 1982, p. 20)

Mas, ao observarmos o processo de construção do espaço urbano, veremos que a forma em que ele se organiza e se desenvolve não prioriza o "valor de uso" da terra, pois esse valor em algumas mercadorias é incomensurável. Porém, a perspectiva da urbanização é direcionada ao valor de troca. A produção do espaço urbano é muito cara, e esse alto custo ocasionará uma formação desigual desse espaço que se fragmenta de acordo com a renda de cada segmento de classe. Assim, temos a divisão da cidade entre centro e periferia; apenas aqueles que podem pagar pela localização central e urbanizada terão os meios de habitabilidade garantidos, quando esses deveriam ser direitos de todos os habitantes da cidade.

Além de desigual e fragmentado, o espaço urbano é também articulado por diversas relações sociais como comércio, trabalho, transporte, cultura e etc. Essa dialética da cidade fará dela um palco de disputa por interesses diversos, uma vez que sua produção se dá pelas mãos do Estado, dos proprietários fundiários, dos detentores dos meios de produção, pelo setor imobiliário e, também, pelos grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Porém o acesso ao espaço plenamente urbanizado é restrito aos grandes capitalistas. Como mencionado no início, a disputa por este espaço implica a localização e, logo, uma acirrada concorrência entre o "perto" e o "longe", relacionado sempre a uma centralidade e à oferta de bens e serviços instalados na cidade. Esse é um dos fatores que fomentam a especulação do capital imobiliário, que tem o poder de se apropriar das áreas urbanas mais valorizadas ou aquelas que têm potencial para uma valorização em médio ou longo prazo.

Ainda que determinado espaço não seja urbanizado, os especuladores usam a estratégia de acumular terra até que determinada localização seja valorizada. Muitas vezes, basta que o capital se instale em determinada área para que ela se transforme. Por exemplo, se um capitalista decide construir uma empresa com a promessa de gerar emprego, ele terá a possibilidade de articular, com o poder público local, estadual ou até mesmo federal, subsídios que venham valorizar aquela área através da infraestrutura a ser instalada: pavimentação, transporte, saneamento, etc. Logo, o preço dessa terra será elevado:

Devido ao caráter difusor das externalidades e ao caráter sequencial tanto do desenvolvimento urbano como da ocupação, os preços-sinais sofrem toda sorte

de sérias distorções. Em consequência, aparecem as mais variadas oportunidades tanto para os apropriadores como para a facção dos construtores, para os loteadores, especuladores e mesmo indivíduos isolados, para embolsarem inesperados mas bem vindos lucros e rendas de monopólio. [...] Considere-se, como exemplo, a luta direta entre trabalhadores e proprietários de terra em torno do custo e qualidade de habitação. Tipicamente, os proprietários imobiliários lançam mão de todo poder a seu alcance para extraírem o máximo de renda de estoque de habitações que possuem; nesse sentido eles ajustarão suas estratégias às condições em vigor, de tal maneira que eles maximizem a taxa de retorno sobre seus capitais. Se essa taxa de retorno for muito alta, então é provável que novos fluxos de capital se dirijam para a propriedade da terra; e se a taxa de retorno for muito baixa, provavelmente ocorrerá abandono e desinvestimento. O trabalho procurará, por inúmeras estratégias, por exemplo, mudando-se para locais onde a habitação seja mais barata ou estabelecendo controles sobre a renda e códigos de habitação, limitar a apropriação e garantir um mínimo de qualidade. (HARVEY, 1982, p. 10)

Podemos observar que, ao se produzir o espaço físico de uma cidade, produz-se, conseqüentemente, as condições de deslocamento espacial e de acesso aos locais de trabalho, zonas comerciais e de serviços. São questões que vão implicar o fator mobilidade que afetará diretamente a vida do trabalhador e dos moradores, em geral, que nem sempre moram próximos ao local de trabalho ou ao comércio e serviços, logo, o despendimento de tempo que envolve a locomoção é importante, sendo apontado por Villaça (1986) como um dos mais dificilmente atendidos de forma a atingir todos os habitantes da cidade.

A apropriação a partir da habitação é muito sensível às mudanças dos transportes. A capacidade de fazer um deslocamento mais longo até o local de trabalho depende em parte da taxa de salário (que permite ao trabalhador pagar pela viagem); depende em parte da extensão do dia do trabalho (que dá ao trabalhador tempo para viajar) em parte depende do custo e disponibilidade de transporte. (HARVEY, 1982, p. 11)

Essa e outras restrições ao acesso, pelas massas urbanas, ao "ambiente construído" e ao solo urbanizado terá por consequência a autoconstrução do espaço para viver. Nas periferias, muitos não têm emprego, mas mesmo os que estão empregados ou exercem alguma ocupação (muitos na construção civil) não têm renda suficiente para acessar a moradia através dos meios formais. Nessa condição, tomam posse da terra "sobrante" que, até então, não é de interesse capitalista. Geralmente, são áreas marginalizadas, solo bruto sem meios de habitabilidade. Forma-se, assim, o desenho de um ambiente que, historicamente, reproduz a segregação social territorialmente demarcada em dois espaços: o "lugar" dos ricos e o "lugar" dos pobres.

Além do exposto acima, observam-se as transformações modernizadoras que os centros urbanos vêm sofrendo nas últimas décadas. O capital imobiliário não tem medido esforços para fazer das cidades palcos de atração para o mercado, para investimentos dos diversos ramos do capital. Seja financeiro, industrial ou de qualquer outra ordem, a finalidade é a valorização do capital, ou seja, lucrar, sempre lucrar, independentemente dos impactos sociais e físicos que resultarem dos investimentos realizados. A perspectiva capitalista é a globalização das cidades. Para tanto, vem sendo realizados altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia tendo em vista a modernização permanente das cidades. Uma vez que a sua finalidade social não é levada em conta, conceitos como habitabilidade são entendidos como mercadoria e não como direito dos cidadãos.

Assim, o capital tende a realizar pesados investimentos na cidade e construir monumentos arquitetônicos de grande escala com alto padrão de qualidade, criar máquinas, robôs e outras tecnologias; tudo para atender as demandas da acumulação e demonstrar potência, poder. Contudo, quanto mais riqueza se produz, maior é a reprodução da pobreza, pois o desenvolvimento das forças produtivas, além da inutilização de grandes contingentes de força de trabalho, cria outras contradições no meio urbano:

A tecnologia comanda a metrópole moderna e visualiza também outros prismas. Sem a matéria-prima da cidade industrial no século XVIII, fora o carvão, a cidade moderna do século XIX a meados do século XX, viverá sob o signo do ferro. O carvão significou a energia que possibilitaria a iluminação das ruas e a criação das salas de cinema, mas a produção dessa energia supunha construir as usinas geradoras nos próprios centros urbanos e impregná-los com fuligem e mau cheiro. (BERMAN, 1986, p. 174)

Frente à dominação da cidade, os capitalistas buscam modernizá-la a fim de acelerar a produção do capital e sua internacionalização. Logo, temos alteração na estrutura física das metrópoles brasileiras, com alargamento das vias, construção de monumentos públicos e privados como forma de atrativo para investimento capitalista com a mínima importância do papel social das cidades.

Manifesta-se, por conseguinte, a tendência a que a escala da acumulação de capital e da geopolítica dos principais atores mundiais anule os sentidos da ação social, impedindo o reconhecimento de racionalidades alternativas em disputa. Em oposição a esse grau de abstração, a intensidade da urbanização e o tamanho das metrópoles que abrigam os contrastes entre abundância e miséria, e entre rápidas mudanças comportamentais e enrijecimento de valores exigem a análise das formações sociais. Nessa direção, pode ser dito que a dinâmica urbana impõe a explicação de processos que historicamente garantiram: o domínio de territórios; a sucção de mais-valia que viabiliza a

vida urbana, a articulação Inter setorial exigida pela acumulação de capital; as alianças entre poder público e interesses privados que ampliam a segregação espacial; a cristalização de privilégios e a marginalização das formações sociais latino-americanas. (RIBEIRO, 2008, p.12)

Nesse sentido, a cidade capitalista é o berço da deflagração das expressões da questão social, onde as principais contradições sociais e econômicas acontecem. É um campo que tem a demarcação da relação capital/trabalho, pelas desigualdades geradas no novo padrão de acumulação que deixa em evidência a segregação socioterritorial. Deparamo-nos, assim, com um alto investimento na modernidade da cidade, potencializado para servir de vitrine para o capital comercial. Chegamos à cena contemporânea com nossas cidades desenhadas pelas profundas modificações no gerenciamento do trabalho e dos serviços urbanos em atenção aos interesses do capital excedente, que se encontra na esfera financeira, e da mundialização do sistema capitalista de produção.

Toda essa movimentação de característica neoliberal é causa de muitos transtornos no cenário urbano para população trabalhadora que vive no limite com baixos salários ou sem salário algum. O crescimento das taxas de desemprego e desocupação, em todo o mundo, confirma que o investimento em trabalho vivo vem sendo reduzido:

Cada vez mais seres humanos se tornam "não rentáveis" e são excluídos; por todo o lado partes inteiras dos países ficam abandonadas, enquanto a economia empresarial se globaliza num terreno de rentabilidade que se reduz. Na falta de produção de mais-valia real, o capital dinheiro refugia-se simultaneamente numa economia de bolhas financeiras. Já não é a venda de mercadorias que é decisiva, mas são os ganhos diferenciais na circulação de títulos financeiros que suportam uma valorização tornada fictícia. Empresas e partes de empresas são tratadas como pedaços de carne para trincar (fusionite e batalhas por aquisições, sem investimento real). Na interpretação popular, o complexo causal é na maior parte dos casos posto de pernas para o ar, responsabilizando erradamente pela miséria, em tom anti-semita, uma espécie de "praga de gafanhotos" de especuladores, como se o problema não residisse nas próprias contradições do sistema produtor de mercadorias. A expansão dos mercados, no contexto do poder de compra em queda por falta de capacidade de utilização com êxito de "trabalho abstracto" rentável, transforma-se em capacidades excedentárias globais, que são sucessivamente desactivadas. É absurdo: pelo facto de a produtividade se ter tornado "demasiado elevada" e de poderem ser fabricados muitos bens com pouco trabalho, cada vez mais seres humanos são rebaixados a um nível de pobreza ainda há pouco tempo inimaginável. (KURZ, 2006, p. 05)

Esta situação atua como pressão sobre as massas da periferia urbana que não têm alternativa a não ser se rebaixar à informalidade e à precarização do trabalho sem acesso aos benefícios da legislação trabalhista até então conquistada. A crise atual do capital e suas novas demandas de acumulação só vieram intensificar a condição de pobreza social

na medida em que o Estado muda sua relação com o social em detrimento da globalização do capital.

A abertura da economia nos países da periferia dos centros mundiais, conforme orientações de organismos multilaterais, têm redundado na ampliação do déficit da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos (IAMAMOTO, 2008).

O investimento contínuo na modernização da cidade que se dá desde os processos iniciais da industrialização se pauta na compreensão de que o espaço urbano é uma potência para força produtiva e circulação do capital. *A cidade é ela mesma uma força produtiva e torna-se o lugar predominante da acumulação de capital. Os excedentes de capitais aplicados atualmente no espaço urbano estão imbricados com o processo de financeirização da economia e devem ser relacionados tanto à expansão do urbano moderno como às suas crises (RODRIGUES, 2013).* Logo, a perspectiva da cidade enquanto valor de troca é predominante na relação de disputa por este espaço, que é fruto de uma produção coletiva, mas, na contramão, o direito ao espaço urbano se concretiza de forma individual.

Enfatizar a cidade como direito implica analisar a produção e a reprodução do espaço em sua complexidade e chamar a atenção para o mundo do trabalho, que fica oculto tão logo se termina cada uma das edificações, dos parcelamentos de terra, da infraestrutura embora, como já dito, seja o mundo do trabalho que tem permitido investir no urbano. Os trabalhadores teriam que desaparecer de cena após a construção da cidade e ao final de sua jornada de trabalho, para não “contaminar” o padrão urbano moderno. Porém, como não evaporam e não podem pagar, devido a seus baixos salários, pelas mercadorias terra, casa e cidade, são responsabilizados pela precariedade dos lugares onde moram e pela violência urbana. Quem trabalha para construir tijolo a tijolo cada uma das ruas, das casas, dos edifícios em altura desaparece até mesmo de muitas análises, quando o “produto” é entregue. Quem edifica a cidade não é tido como agente produtor do urbano. A cidade é entendida como se fosse resultante apenas da ação de proprietários das terras, dos incorporadores imobiliários, da indústria de construção civil, do Estado e do capital financeiro. (RODRIGUES, 2013, p. 10).

A cidade é disputada por interesses diversos e, nessa luta, ela é partida e repartida em fragmentos desiguais. Os investimentos de caráter urbano caminham sempre para lógica da cidade mercado, nessa não há lugar para o segmento de classe que não possui recurso para adquirir as mercadorias que compõe o urbano.

A cidade é uma mercadoria vendida aos pedaços, pois está assente na propriedade privada da terra urbana e nas edificações nelas construídas. Porém, para viabilizar os interesses individuais, vende-se a imagem da cidade que representa mais do que a cidade em seu conjunto, o imaginário de uma cidade na qual se destaca apenas a riqueza, e não os problemas que afligem cotidianamente a maioria. Para vender a imagem da cidade, ela tem que parecer moderna, com alto padrão de urbanização. (RODRIGUES, 2013, p. 14).

A cidade capitalista é excludente, na medida em que só evidencia suas potencialidades, suas riquezas, e tenta banir ou esconder todos os rejeitos da sua construção. A reprodução do ambiente construído é intensificada com o investimento do capital excedente em obras de urbanização e modernização da cidade, destinadas a reduzir o tempo de giro do capital.

Toda essa dinâmica de superacumulação visível no crescimento das cidades, nas últimas décadas, é sintoma da crise estrutural do capitalismo, uma vez que seu processo de valorização se faz cada vez mais escasso frente ao esgotamento dos “recursos naturais” e frente à ampliação do capital constante em detrimento do capital variável. Dessa forma, diante da sua crise estrutural, o capital impõe saídas cada vez mais destrutivas tanto do meio ambiente e dos recursos naturais quanto das massas urbanas que se tornaram supérfluas:

A privatização em larga escala das condições materiais e objetivas da produção e a transformação de seres humanos “livres como pássaros” prosseguem ainda em nossos dias de crise estrutural do sistema capitalista. Mas a expropriação que ocorre em nossa época não pode mais ser considerada “acumulação primitiva”. Fundamentalmente porque ela não cria as condições necessárias para a afirmação da sociedade capitalista. As vagas de privatização das condições materiais de produção da existência são antes de tudo uma resposta irracional e cega às dificuldades crescentes da valorização, intensificadas pelo esgotamento dos “recursos naturais” (água, solo, minérios, petróleo etc.). Por outro lado, as massas de seres humanos “libertados” de suas propriedades são atualmente inteiramente supérfluas para o funcionamento da economia capitalista. David Harvey propõe o termo “acumulação por despossessão” (*accumulation by dispossession*) para dar conta da nova realidade. Segundo ele, “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. (HARVEY, 2004, p. 135).

Em vez de produzir riqueza, apropria-se da riqueza já existente, ainda que isso termine por destruir ainda mais as bases de funcionamento da economia. (BECHER e VILLAR, 2013, p. 93).

A cidade é um meio artificial moldado, em última instância, pela permanente necessidade de criação de riqueza material demandada pelo processo de valorização do capital:

O capitalismo quer então produzir um *mundo pós-natural* (GOMEZ, 2010). Um mundo feito à sua imagem e semelhança, moldado em função de seus imperativos tecnológicos, políticos e econômicos. O desenvolvimento da

nanotecnologia e a convergência tecnológica, como têm sido denunciados por intelectuais e organizações, tendem a criar uma concentração de poder inédito na história humana (BECHER e VILLAR, 2013, p. 94).

No quadro da crise estrutural do capitalismo, a atividade criminosa ganhou nova qualidade, orientada no sentido de garantir a produção forçada e continuada do valor de troca:

Não é novidade que haja crimes na sociedade capitalista. O que é inédito são as dimensões desse fenômeno. A atividade criminosa torna-se cada vez mais um substituto para as formas de funcionamento da sociedade. Portanto, adquiriu qualidades novas. Ela cresceu para além da moldura social e tornou-se estruturalmente determinante: “ela é a anomalia que foge à norma, mas que ainda assim pertence à norma” (SCHANDL, 2009, p. 147). Estima-se que atualmente cerca de 15% do comércio mundial ou 5% do PIB mundial são gerados de forma ilegal ou criminosa (ALTVATER, 2010, p. 218). O dinheiro movimentado na “indústria do crime” é vital para o funcionamento da economia e sobrevivência das mais poderosas máquinas estatais. Elas mesmas passam a ser diretamente mobilizadas para as atividades criminosas com muita frequência. (BECHER e VILLAR, 2013, p. 94 – 95)

De acordo com Bauman (2005), as cidades vivem uma incansável dinâmica em busca de renovação, porém, a cada passo da modernidade, elas se preservam em uma forma única que se equivale a lixo. O autor afirma que a busca por descartar o velho só gera um acúmulo de lixo sobre lixo resistentes a milhares de anos. Esse entulho sim é o que se permanece.

Os processos de inovação tecnológica são o principal agravante dessa produção de lixo, inviabilizando, muitas vezes, a vida em lugares que sempre foram povoados e, também, tornando possível a vida em locais que nunca antes haviam sido ocupados. Mas, tais processos, fundamentados pelo progresso econômico, afetam diretamente o meio de vida já estabelecido. Edificações de cidades fantasmas são levantadas, terras desertas se multiplicam, vazios urbanos, em contradição a uma vasta população desocupada e desempregada que na oportunidade poderia fazer um bom uso desse espaço que fica propício à especulação.

No entanto, a população de sobranes é indesejável ao processo modernizador; ela também é considerada lixo e como todo lixo deve ser descartada dos ambientes civilizados. A grande questão é que a produção desses rejeitos de espécie humana tem crescido maciçamente ao ponto de a área de descarte, até então reservada ou tolerável a esses seres, estarem superlotadas; isso quando não se torna território de interesse do capital imobiliário que desapropria todos da área cobiçada.

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização e um acompanhante inevitável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define uma parcela da população como “deslocado” “inapta” ou “indesejáveis”) e do *processo econômico* [...]. A remoção desse refugo produzido nas partes “modernizadas” e em “modernização” foi o mais profundo significado de colonização e das conquistas imperialistas [...]. A modernização progrediu de forma triunfante alcançando as partes mais remotas do planeta; a quase totalidade da produção e do consumo humano se tornou mediado pelo dinheiro e pelo mercado; a mercantilização, comercialização e monetarização dos modos de subsistemas dos seres humanos penetraram os recantos mais longínquos do planeta; por isso, não se dispõe mais de soluções para os problemas produzidos localmente, tampouco de escoadouros globais para excessos locais. (BAUMAN, 2005, p. 12-13)

A superpopulação de pessoas refugadas no planeta representa uma ameaça à sociedade moderna a ponto de potencializar a segurança pública. Milhares de pessoas, em sua maioria negras, empobrecidas, sem emprego e sem qualquer ocupação, sobreviventes nas periferias urbanas, são consideradas sujeitos inviáveis a nova sociedade. E nenhum projeto de reciclagem a esses contingentes se faz interessante, pois a reprodução desses sujeitos já se faz com a marca de descarte; e qualquer investimento para essa demanda populacional é negativo à modernização.

Essas fragilidades da população têm aumentado em um espaço de tempo extremamente curto. E a criminalização de cunho estatal pode ser entendida como um dos principais motivos, uma vez que ele retrai a sua função social e volta a responder essa demanda por meio da repressão. São ações que se estabelecem em nome e defesa dos interesses das grandes corporações:

A evidente mudança de ânimo segue estritamente a lógica da transformação da reciclagem em remoção de refugo humano. Essa transformação foi radical o bastante para tornar necessária a ajuda entusiástica e energética do poder do estado e este aceitou. Ele o fez primeiro desmantelando as formas coletivas de seguro destinadas a cobrir os indivíduos que caíam (por um tempo, ao que se presumia) da esteira produtiva.[...] Em segundo lugar, o estado impôs, projetando e construindo, novos locais seguros para depositar o lixo uma empreitada perfeita para obter um apoio popular cada vez maior quando as esperanças de reciclagem bem-sucedida se desvaneceram, o método tradicional de remoção do refugo humano (por meio da exportação do excedente de mão de obra) tornou-se indisponível e a suspeita de descartabilidade humana universal se aprofundou e espalhou, juntamente com o horror evocado pela visão das “pessoas refugadas”. O Estado social está se tornando aos poucos, mas de modo inexorável e consistente, um “Estado-guarnição”, como chama Henry A. Giroux, descrevendo-o como um estado que cada vez mais protege os interesses das corporações globais, transnacionais “enquanto aumenta o grau de repressão e militarização”. Os problemas sociais são cada vez mais criminalizados. (BAUMAN, 2005, p. 106-107)

A ação punitiva do Estado nas favelas é a realidade que a cidade do Rio de Janeiro, e tantas mais, têm vivenciado. Os registros das ações do Programa de Pacificação de Favelas no Rio nos trouxe em evidência um verdadeiro cenário de guerra. Revela também como o Estado tem investido nas instituições de segurança com autoridade de extermínio de um inimigo interno. Não é só o Estado tem investido em segurança; demais instituições da sociedade se sentem ameaçadas pelo aglomerado de desocupados absorvidos pelo mundo do crime, quando é esta a única porta que se abre como oferta de geração de renda.

A organização da segurança no interior dos Estados-nações abarca um fenômeno amplo: a profusão de vários níveis e modalidades de preparação para a “guerra” entre os “cidadãos de bem”, a chamada “sociedade civil”, indicando uma naturalização do convívio com a violência. Entre outros exemplos, podemos destacar a expansão da posse (legal e ilegal) de armas, o aprendizado de técnicas de defesa pessoal, a blindagem de casas e automóveis, a utilização de câmeras de vigilância, o isolamento em condomínios fechados, a contratação de seguranças privados, a formação de milícias e gangues para a eliminação dos “indesejáveis”. [...]. No Rio de Janeiro, mais de 1 milhão de armas legais e ilegais estão circulando, ou seja, 5,7% do total de armas em posse de civis no Brasil. Das armas apreendidas no estado, 75,3% são revólveres e pistolas (calibres 38 e 32, representando 52% do total). Destas, 79,6% são de uso permitido. Estima-se que 260 mil armas estejam nas mãos de empresas de segurança privada (36% desse estoque estão em São Paulo). A fiscalização é de responsabilidade federal, mas o controle é precário, o que facilita o desvio das armas. [...]. Dados fornecidos pelo Exército indicam uma produção anual de 2,3 milhões de armas, das quais 1,7 milhão é exportado e 531 mil permanecem no país. Com isso, a cada ano, o Brasil despeja no mercado nacional a mesma quantidade de armas recolhidas durante a Campanha do Desarmamento, realizada pelo Ministério da Justiça entre 2004 e 2005. (BLANK, BRITO e VILLAR, 2013, p. 227-228)

Todas as ações de segurança se voltam à neutralização dos “excedentes e inviáveis”. Em tempos de superpopulação, as periferias já não bastam, é preciso pensar novas áreas para o depósito de toda e qualquer impureza ao sistema. Nesse sentido, as instituições que, até então, tinham a função de “reintegração social” passam a funcionar como um lugar terminal. Isso quando o sujeito chega a este lugar, pois, diante de uma sociedade extremamente equipada ao extermínio, o fim pode chegar bem antes.

As ações realizadas pelo Estado são totalmente contrárias ao que o senso comum ilusoriamente acredita ser seu dever como assegurar os direitos sociais. As atividades de cunho estatal desde sua gênese são norteadas pelo campo político econômico que não se importam em eliminar pela raiz as possibilidades básicas de sobrevivência de seres não rentáveis. Aqui está a verdadeira razão da execução da massa excedente: não se trata apenas de neutralizar ou controlá-la. A questão é deixar vigorar apenas o que representa valor.

A proximidade imediata de amplas e crescentes aglomerações de “pessoas refugadas”, que tendem a ser duradouras e permanentes, exige políticas segregacionistas mais estritas e medidas de segurança extraordinárias para que a “saúde da sociedade” e o “funcionamento normal” do sistema social não sejam ameaçados. As notórias tarefas de “administração da tensão” e “manutenção do padrão”, que, segundo Talcott Parsons, todo sistema precisa desempenhar a fim de sobreviver, hoje se resumem quase totalmente em separar de modo estrito o “refugio humano” do restante da sociedade, excluí-lo do arcabouço jurídico em que se conduzem as atividades dos demais e neutralizá-lo. O “refugio humano” não pode mais ser removido para depósitos de lixo distantes e fixado firmemente fora dos limites da “vida normal”. Precisa, assim, ser lacrado em contêineres fechados com rigor. [...]. As prisões, como outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para depósito de lixo. Foram relocadas para a linha de frente a fim de resolver a crise que atingiu a indústria da remoção do lixo, em consequência do triunfo global da modernidade e da nova plenitude do planeta. Todo lixo é em potencial venenoso, ou pelo menos, definido como lixo, está destinado a ser contagioso e perturbador da ordem adequada das coisas. Se reciclar não é mais lucrativo, e suas chances (ao menos no ambiente atual) não são mais realistas, a maneira de lidar com o lixo é acelerar a “biodegradação” e decomposição, ao mesmo tempo isolando-o, do modo mais seguro possível, do hábitat humano comum. (BAUMAN, 2005, p. 108-109)

De acordo com o autor, não há mais qualquer preocupação do Estado de, ao menos, pregar a ideologia social, pois já não possui a menor condição de exercer a função social. Assim, já se prepara para se proteger de qualquer ataque. E, afinal, para quê de fato ser social se quem demanda este tipo de Estado já foi descartado da agenda pública?

As cidades inseridas no processo de modernização se reformam sem deixar qualquer espaço que venha servir de abrigo a esses seres supérfluos: são poucas as praças que possuem bancos, são poucos os edifícios que possuem marquises. E na sorte de encontrar algum lugar para dormir, pelas ruas das cidades, ao incomodar o “verdadeiro cidadão”, a segurança pública poderá ser acionada para remover o lixo de seu caminho.

1.2 Cidade e força de trabalho

Na atualidade, o capital já não exige apenas a mudança do perfil da cidade, pois sua modernização, que incorporou o fruto dos avanços tecnológicos, exige também um novo perfil do trabalhador, mais flexível e adequado às novas exigências da reestruturação produtiva. Com a globalização, os capitais impõem a desterritorialização do trabalho industrial. As empresas matrizes expandem-se a novos territórios onde instalam novas

unidades de produção. Essa expansão foi direcionada principalmente às cidades periféricas e subdesenvolvidas na intenção de melhor explorar a força de trabalho, uma vez que as leis trabalhistas e a fiscalização são mais dispersas.

Logo, o mercado demanda um trabalhador qualificado que tenha capacidade de desenvolver várias atividades, ou seja, com o perfil “polivalente”. Essa situação reforça o aumento do exército industrial de reserva, sendo que, com a introdução da alta tecnologia, muitas atividades laborais são substituídas por nova forma de trabalho. Os capitalistas têm necessidade de atualizar permanentemente as estratégias de subordinação da força de trabalho, o enfraquecimento da união dos trabalhadores envolvendo-os em uma ideologia de colaborador da empresa é uma de suas artimanhas. Nessa linha, cria-se uma rivalidade entre os trabalhadores que, antes, reuniam forças para lutar por melhores condições de trabalho para o coletivo e, agora, passam a defender seus direitos individuais:

O Estado assume uma política liberal e deixa o capital regular o mercado por meio da privatização de empresas e muitos serviços públicos, restringindo suas responsabilidades de demandas sociais. Essa situação aumenta expressivamente a condição de desemprego e pobreza da classe subalterna.

Como já foi apontado, os problemas relacionados à reprodução da força de trabalho incidem diretamente no local de moradia. Nas periferias das cidades, observamos a concentração tanto dos trabalhadores que recebem os mais baixos salários quanto dos desempregados e desocupados. Há famílias em situação de pauperismo, crianças e adolescentes sujeitas à fome, muitas vezes alvos de prostituição violência relacionada à intolerância racial e de gênero. Quanto à infraestrutura e serviços públicos, além do aumento da favelização, déficit de habitação, observa-se o atendimento muito precário de transporte, saneamento, iluminação pública, segurança pública, saúde e educação.

As transformações do padrão de acumulação capitalista, no Brasil, a partir do século XIX, deram à cidade um perfil moderno, essencial à expansão do capital e, conseqüentemente, contribuíram para aprofundar os processos de desigualdade social e espacial. Tudo tendeu a se tornar mercadoria, inclusive a terra, os bens e os serviços urbanos, contrariando a função social da cidade. O sistema capitalista se expande em tal proporção que assume a função de regulador fundiário, ou seja, do uso e da ocupação do solo.

A meta do capital é a sua mundialização, ou seja, inscrever a totalidade da humanidade na esfera de produção e consumo dominantes no mundo ocidental. Com as

novas tecnologias, ocorreu, por um lado, o aumento do nível de exploração sobre a classe trabalhadora e, por outro, a produção de uma massa crescente de supérfluos ao modo capitalista de produção. As lutas da classe trabalhadora que eclodiram, nas primeiras décadas do século XIX, reivindicavam, das empresas capitalistas, redução da jornada de trabalho, aumento do salário e melhores condições de trabalho. A luta da classe dos trabalhadores, a partir dos anos 1970, estendeu-se fortemente a reivindicar do Estado as melhorias de condição de vida, traduzidas por serviços e equipamentos que promovam habitabilidade no lugar de viver; o que os movimentos sociais urbanos reivindicam é água potável, iluminação, transporte, saúde e demais serviços urbanos:

As lutas dos trabalhadores possibilitaram importantes conquistas nas relações de trabalho (carga horária, férias, direito à licença médica, à maternidade, aumentos de salários, organização sindical), que podem, ou não, ter alterado as características da produção e reprodução do urbano nas áreas “destinadas” aos mesmos. As lutas dos trabalhadores no mundo do trabalho diferem das que se realizam no local de moradia pelas formas de organização, pelas características de reivindicações e para quem se dirigem. Os trabalhadores dirigem-se diretamente aos capitalistas, embora a regulamentação do trabalho seja realizada pelo Estado. Os movimentos populares urbanos dirigem-se ao Estado, responsável por garantir a reprodução da vida. Organizam-se para conseguir abastecimento de água, iluminação pública e domiciliar, captação de esgotos, coleta de lixo, acessibilidade, transportes coletivos menos precários, escolas e postos de saúde de qualidade e vários outros equipamentos de consumo coletivo. (RODRIGUES, 2007, p. 81)

Os equipamentos e serviços públicos são imprescindíveis à reprodução da vida nas cidades. No entanto, a apropriação das regiões do espaço urbano, melhor dotadas de infraestrutura e serviços públicos, é um privilégio de quem possui poder aquisitivo e pode manter e multiplicar as condições de valorização da propriedade urbana. Pelo contrário, o segmento dos trabalhadores com baixa remuneração e os desempregados, esses seres que não apresentam rentabilidade, obrigam-se a morar nas áreas ilegais ou irregularmente ocupadas. Eles têm acesso às áreas melhor urbanizadas enquanto lugar para trabalhar, para buscar serviços que, muitas vezes, estão concentrados no centro da cidade. Uma vez cumpridas as obrigações, esses sujeitos evaporam-se das áreas valorizadas da cidade. O seu lugar, na cidade, é nas favelas e periferias.

Nas áreas “nobres”, a cidade, a terra, as edificações têm o predomínio do valor de troca. A “valorização” é sempre esperada mesmo para aqueles que têm a unidade de moradia como valor de uso. O trabalho parece abstrato e o trabalhador “desaparece” após cumprir suas “tarefas”. Há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos “urbanizadas”. Quanto mais áreas nobres se expandem, englobando também as áreas produzidas pelos trabalhadores, maior é a renda, lucros e juros,

apropriados por parcelas de classes. Fora do circuito da riqueza, é visível a outra face do urbano, em geral nas periferias distantes e nas áreas centrais “degradadas”. São nelas que trabalham, moram e circulam os trabalhadores, nelas se encontram favelas, ocupações coletivas de terra, cortiços, casas precárias, conjuntos habitacionais de casas/apartamentos com dimensões mínimas, edifícios precários utilizados para escolas, creches, postos de saúde, hospitais. As ruas são estreitas, sujas, esburacadas, com pouca ou nenhuma iluminação pública por onde circulam ônibus, vans, caminhões, carros velhos que colocam em risco a vida dos que neles são transportados. Nessas áreas, os trabalhadores não desaparecem após a jornada de trabalho e sua presença torna visível a desigualdade sócio-espacial. (RODRIGUES, 2007, p. 76)

As áreas ilegais ou irregularmente ocupadas das cidades brasileiras concentram grandes contingentes de trabalhadores com baixa renda, que se encontram desempregados e desocupados. Esse segmento da população é em sua maioria preta ou parda. Esse julgamento da cor, do cabelo e feição tem se disseminado historicamente e padronizado a criminalização.

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. (SINGER, 1978, p. 33 apud MARICATO)

O capital, permanentemente, forma e deforma, destrói e recria o espaço urbano, a fim de dar maior dinâmica à produção, à circulação e ao consumo em grande escala das mercadorias. *A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite uma noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política (SOJA, 1993).* Na questão do acesso à cidade, é importante observar que os trabalhadores vêm atuando como homens invisíveis e descartáveis nos cenários urbanos.

A cidade é um produto social e histórico; nos dois últimos séculos, a dinâmica da produção do espaço aconteceu divorciada da reprodução da vida e aliada ao sistema de acumulação do capital:

O capitalismo, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução

e consumo (...). A separação dos locais de trabalhar e viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência, divide-se em duas lutas independentes (...). “Reconhecendo, evidentemente que a dicotomia entre viver e trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista”. (HARVEY, 1982, p. 07- 8)

A cidade capitalista alterou o significado da produção do espaço que, antes, concentrava-se predominantemente no valor de uso. Agora passa a ser produzido como mercadoria e, portanto, acessível somente através de troca monetária. O direito à cidade é substituído pelo “acesso”. A essa questão do direito à cidade, Harvey (2009) aponta:

O direito à cidade está, por isso, além de um direito ao acesso àquilo que já existe: é um direito de mudar a cidade mais de acordo com o nosso desejo íntimo. A liberdade para nós fazermos e nos refazermos, assim como nossas cidades, é um dos mais preciosos, ainda que dos mais negligenciados, dos nossos direitos humanos. (p. 09)

A incorporação do espaço urbano ao processo de valorização do capital tem o trabalhador como alvo, uma vez que a força de trabalho é a mercadoria que gera valor e mais valor, porém, separada dos meios de produção, essa ação é impossibilitada. Na condição de possuidor dos meios de produção e de recursos para investir na produção, o capitalista é principal comprador do trabalho; nessa condição de domínio consegue negociar os mais baixos salários por essa mercadoria especial do homem. Assim, com a subordinação do trabalho, temos conseqüentemente a subordinação do espaço que, com o desenvolvimento da propriedade, tem sua reprodução no sentido de mercado. Com essa intensificação da produção da cidade na contramão, há uma proliferação de seres sem lugar e sem trabalho nos centros urbanos.

Essa exclusão das formas legais de acesso à terra e ao emprego pelos segmentos com baixo ou nenhum rendimento não lhes deixam outra opção senão o modo de vida irregular na cidade. A autoconstrução da moradia é uma das evidências de irregularidade que compõe o desenho das cidades:

A autoconstrução se estende, portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a manutenção da mão-mão-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento “público” se desvie de outras finalidades, na aplicação. (MARICATO, 1979, p.79)

Essa dinâmica da autoconstrução não se restringe a construção da casa, estende-se à construção de equipamentos sociais, como escolas, espaços de lazer, limpeza das ruas

e uma série de outros serviços. Essas atividades são sustentadas por uma parcela dos moradores das favelas e periferias que ainda consegue vender sua força de trabalho. Essa parcela recebe entre um a cinco salários mínimos e consegue garantir condições de reprodução ainda que de maneira frágil. O lugar de morar vai sendo construído aos poucos, na irregularidade urbana e na ilegalidade jurídica, ou seja, correndo o risco de perder a qualquer momento o investimento de anos em um dia com um “simples” mandado de desapropriação, ou demolição daquelas construções consideradas em áreas de risco.

É justamente a população cujas faixas de zero a cinco salários mínimos que apela para o processo de autoconstrução para obtenção da casa própria, percorrendo um caminho de muitos anos que vai do cômodo inicial situado de forma a permitir o seguimento dos próximos, até o preenchimento quase total de todo lote quando é frequente ter mais de um domicílio no lote, seja de parentes (filhos que casaram parentes recém-chegados do campo) ou de cômodos de aluguel. [...] A casa cresce parceladamente, pois o trabalhador sempre dispõe de poucos recursos para compra de materiais que são, portanto, extremamente racionados. O dinheiro é proveniente dos ganhos extras mensais como das férias, do 13.º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e em grande parte do sacrifício que a família fez de economizar. Em prejuízo de outras necessidades, como alimentação. Depois da alimentação a habitação é o maior gasto do orçamento da família trabalhadora, girando em torno de 18,0% a 25,0% da renda familiar a ela destinada. (MARICATO, 1979, 86)

A irregularidade urbana e o meio ilegal da autoconstrução é uma das maiores contradições da gestão capitalista da cidade, pois se trata de um problema insolúvel. O aglomerado habitacional é montado longe da urbanização, ou seja, sem condições adequadas de iluminação, saneamento básico, ventilação, água potável, enfim, um ambiente de insalubridade que coloca em questão a saúde das pessoas que não têm outra opção de lugar para morar.

O congestionamento habitacional (número de habitantes por área construída ou por cômodos), a coabitação familiar (mais de uma família por domicílio ou família e mais parentes e ou/amigos), a insalubridade, a iluminação precária, ventilação precária, são elementos de uma lista bem extensa. As doenças pulmonares que esse ambiente acarreta ao lado das más condições de saneamento, são talvez as consequências mais dramáticas da situação habitacional. (MARICATO, 1979, p. 91)

Em momentos históricos anteriores, capitalistas chegaram a pressionar o Estado em defesa da saúde dos trabalhadores, pois viam a sua própria saúde financeira ameaçada, direta ou indiretamente, quando percebiam a força de trabalho adoecida. Mas, na atualidade, observa-se o declínio de investimentos em saúde nos bairros periféricos onde vivem os enormes contingentes do exército industrial de reserva, sem rentabilidade que vão demandar do Estado auxílios sociais.

Ao longo dos anos, em diversos países, parece que se tornou padrão a forma de encarar os problemas relacionados à moradia; cada país em sua particularidade, busca resolver a questão “concedendo” ou “facilitando” a aquisição restrita da casa própria. Elementos como transporte, água, iluminação, pavimento, lazer, saúde, educação e outros não são compreendidos como componentes que garantam habitabilidade aos cidadãos em geral.

Conforme Rolnik (2016), não há déficit habitacional, mas déficit de cidade, ou seja, não basta a construção de casa em massa para resolver as necessidades humanas, pois casa sem urbanização pode se tornar um fator multiplicador de problemas:

A ideia de implantar programas habitacionais massivos de construção de moradias, em nome da ideia de fazer moradias de interesse social, foi implantada mundialmente nas últimas décadas, com resultados muito parecidos. Se você for ao México hoje, na região metropolitana do Distrito Federal, encontrará milhões de casas vazias. Se você for a China, encontrará milhões de casas e apartamentos vazios. Ao mesmo tempo, encontrará muita gente sem um lugar para morar ou vivendo em assentamentos informais construídos pelas próprias pessoas, o que está aumentando cada vez mais. Esse é um fenômeno mundial, especialmente nos países do Sul global, na América Latina, na África e na Ásia. Nestas regiões encontramos essa contradição, uma espécie de descolamento entre o processo de produção do espaço construído e as necessidades das pessoas. Essas duas dimensões tornaram-se coisas completamente independentes, como se fazer cidades não tivesse como objetivo principal satisfazer as necessidades das pessoas. (ROLNIK, 2016)

A perspectiva capitalista da produção das cidades se turva às necessidades humanas e se fecha apenas às demandas do mercado, pauta-se na especulação imobiliária, sem se amedrontar com exemplos negativos como o caso da China que, mergulhada na especulação imobiliária, produziu inúmeras cidades fantasmas, cidades com infraestrutura extremamente adequada, mas vazias. Tal situação se dá por essa razão grosseira de visar exclusivamente à valorização do capital, ignorando as necessidades básicas das pessoas que dão vida à cidade. Existem pessoas para povoar essas cidades na China, porém elas não possuem dinheiro para comprar uma casa na cidade, na medida em que a cidade não é para qualquer pessoa, restringindo-se somente àquelas que podem pagar pela cidade.

1.2.1. Valor e trabalho

O valor é o motor da produção capitalista e é obtido a partir da força de trabalho.

O eixo em torno do qual gira a espoliação do trabalhador é a venda da força de trabalho para o capitalista e o uso que o capitalista faz dessa transação, forçando o trabalhador a produzir bem mais do que corresponde ao valor da força de trabalho. É nessa transação entre capitalista e trabalhador que se gera todo mais-valor. (ENGELS, 2015, p. 51)

Engels (2015) denuncia a forma como Proudhon ignora essa dinâmica de extração do mais-valor:

A "produtividade do capital" é uma aberração que Proudhon empresta acriticamente dos economistas burgueses. Os economistas também começam dizendo que o trabalho é a fonte de toda riqueza e a medida do valor e de todas as mercadorias; mas eles também precisam explicar como sucede que o capitalista que adianta capital para um negócio industrial ou de manufatura recebe no final não só o capital adiantado, mas também, e ainda por cima, um lucro. Por isso, eles se enredam forçosamente em todo tipo de contradição e também precisam atribuir certa produtividade ao capital. Não há prova mais clara de que Proudhon ainda está profundamente preso ao modo burguês de pensar do que o fato de apropriar-se desse discurso da produtividade capital. Vimos logo no início que a assim chamada "produtividade do capital" nada mais é que a qualidade que lhe é inerente (sob condições sociais de hoje, sem as quais ele não seria capital) de apropriar-se do trabalho não pago de trabalhadores assalariados. (p. 57)

O capital financeiro ganha visibilidade no processo de circulação, a ponto de nos fazer acreditar em sua autoprodução; fazendo desaparecer o trabalho não pago de onde é extraído o mais-valor; e nos traz, por consequência, a inversão da objetividade do trabalho, a alienação do homem. Vejamos, em Marx, esse escamoteamento da extração do trabalho não pago:

Enquanto, formalmente considerado, o lucro é valor acrescido, calculado sobre todo capital invertido, de sorte que toda parte do capital, fixo ou circulante, desdobrado em matéria-prima, maquinaria ou trabalho, aufere lucro de igual grandeza: enquanto, numa dada unidade de capital 500, por exemplo, cada quinta parte aufere 10% se o valor acrescido for igual a 50; assim, cada capital de 500 ou 100 proporcionará agora em virtude da determinação da taxa de lucro o mesmo lucro médio, digamos, de 10% no mesmo período, como qualquer outro capital de condições orgânicas inteiramente diferentes, seja qual for seu ramo, a proporção entre capital variável e constante, independentemente das variações do período de circulação - etc. Enquanto, pois, o lucro de cada capital individual, considerado em separado, e a mais-valia por ele mesmo criada em sua própria esfera de produção se transferem realmente diferentes. No entanto, nessa forma exteriorizada de mais-valia - diferente de sua primeira figura simples ainda ostentando o cordão umbilical de sua origem - nesta forma invisível à primeira vista porque existe como lucro, é que os juros se baseiam. Estes pressupõem de imediato o lucro, de que é apenas uma parte inserida numa categoria, numa rubrica especial, e não na mais-valia. Nos juros a mais-valia é de novo muito menos reconhecível do que no lucro, porque se refere diretamente a mais-valia apenas sob forma de lucro. (MARX, 1883, p. 216)

A autonomia que o capital comercial parece demonstrar é apenas aparente. Se pararmos nessa aparência da "produtividade do capital", de se reproduzir por si só; não teremos a lucidez de que a criação de valor só acontece no processo produtivo.

O tempo de retorno depende do processo real de produção: no capital a juros, seu retorno como capital parece depender da mera convenção entre os empregadores e os tomadores. De maneira que o retorno do capital, não parece mais resultar de um determinado processo de produção, mas como se em nenhum momento o capital ficasse privado de sua forma dinheiro. Na realidade, essas transações são determinadas pelos retornos reais. Mas isso não aparece na própria transação. O juro, diferente do lucro, representa o valor da mera propriedade do capital, isto é, transforma a propriedade de dinheiro em si [soma de valor, mercadoria seja ela qual for] em propriedade do capital e, portanto, mercadoria ou dinheiro para si, em valor que se valoriza a si mesmo. (MARX, 1883, p. 216)

Nesse sentido, a mercadoria como peça motor no processo que movimenta toda sociedade via atividade do mercado desenvolve uma ideologia fetichista. Essa situação impulsiona a produção em massa de mercadorias com baixa qualidade; em um circuito vicioso, que cria necessidades ilusórias da obtenção desses objetos que são produzidos intensamente na perspectiva da acumulação e valorização do capital. Fica claro que o objetivo final da criação de mercadorias não é suprir as necessidades da sociedade; a necessidade de ampliação da produção visa garantir a multiplicação do dinheiro, visa o lucro. Logo, pouco importa a utilidade dessas mercadorias que circulam pelo mundo, o que importa é que elas se movimentem constantemente acrescentando mais valor a cada giro realizado.

A mercadoria não é idêntica ao bem ou ao objeto trocado. É antes a forma particular que uma parte, maior ou menor, dos bens assume em certas sociedades humanas. A mercadoria é antes de mais nada um objeto que tem apenas um valor de uso, mas também um valor de troca. Cada objeto que satisfaz uma necessidade humana qualquer, tem um valor de uso, o qual, contudo, enquanto tal, não é uma categoria econômica. Mas, na medida em que um objeto é trocado em quantidades determinadas por outro objeto, possui também um valor de troca. Enquanto valores de troca, as mercadorias só conhecem determinações quantitativas. Se alguém troca uma camisa por 30 quilos de batatas no sentido de que as duas coisas têm o mesmo preço, estas são tratadas como quantidades diferentes de algo idêntico que devem ter em comum. Enquanto valor de uso, as mercadorias são totalmente incomensuráveis: a camisa e as batatas nada têm em comum. As relações no interior das quais as mercadorias são trocadas estão sujeitas a variação contínuas e, portanto os respectivos valores de troca também. [...] É, portanto, necessário que estes diferentes valores de troca tenham, em última análise, algo em comum: o seu valor. Esta substância comum das mercadorias não pode ser senão o trabalho que as criou: é ele a única coisa que há de idêntico em mercadorias que de resto são incomensuráveis. [...] o valor de cada mercadoria depende da quantidade de trabalho que foi necessário para produzi-la. Nesta

perspectiva pouco importa qual o valor de uso em que esse trabalho se realiza. (JAPPE, 2006, p. 26 – 27)

Na concepção marxiana, o trabalho na sociedade civil perde o caráter de objetivação, que funda o homem enquanto Ser, sendo que, no capitalismo, o trabalho estabelece uma relação de antagonismo social e individual, ou seja, o homem já não se associa aos demais e nem se reconhece como tal; sua função é forçosamente submetida à produção. Além disso, ele se vê mutilado de sua capacidade de autogênese, descolado de sua singularidade, impossibilitado de se realizar enquanto Ser.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quando mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Manschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador com uma mercadoria, e isto na medida em que se produz, de fato, mercadoria em geral. Este fato nada mais explica, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz o seu produto, se lhe defronta como um ser estranhado, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desfetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entausseung). A efetivação do trabalho tanto aparece como desativação que o trabalhador é desativado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. (MARX, 2004, p. 80)

O estudo de Marx sobre o valor de uma determinada mercadoria nos aponta que esse cálculo se pauta no tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Mas o histórico da produção nos revela certa contradição, nesse processo de valorização da mercadoria, sendo que cada vez mais se intensifica a estratégia de redução do tempo de trabalho e também a redução de trabalho humano na produção de valor.

Quando a riqueza passa a depender fundamentalmente das conquistas científicas e tecnológicas geradas pela sociedade, medir a riqueza material produzida pelo tempo de trabalho humano imediatamente despendido na produção torna-se algo tão inútil quanto impossível. O trabalho já não pode mais servir como medida de riqueza nem como meio de distribuição dos resultados da produção. (BECHER e VILLAR, 2013, p. 91)

Voltaremos a essa questão do avanço tecnológico em detrimento do trabalho vivo mais à frente, contudo, antes, é importante melhor entender o determinante da variação de valores das mercadorias. Como já apontado anteriormente, a única diferença que

podemos encontrar entre valores é a quantitativa, pois, assim como valores e usos distintos não são considerados, as diversas formas de trabalho também não o são:

O trabalho que compõe o valor não conta, portanto senão como puro dispêndio de tempo de trabalho sem consideração pela forma específica em que o tempo foi despendido. A esta forma do trabalho, na qual se abstrai de todas as formas concretas que lhe digam respeito, Marx chamou trabalho abstrato. Os valores das mercadorias não são então outra coisa senão cristalizações dessa geleia que é o trabalho humano indiferenciado. O valor que não se deve confundir-se com o valor de troca é uma quantidade determinada de trabalho abstrato contido numa mercadoria. A mercadoria é assim é a unidade do valor de uso e do valor, bem como o trabalho concreto e do trabalho abstrato que a criaram. (JAPPE, 2006, p. 26 – 27)

Assim, compreende-se que o valor está contido no tempo de trabalho utilizado para produzir a mercadoria. Aí está a equivalência das mercadorias, o tempo de trabalho que conforme o autor acima contém um duplo caráter que cria a mercadoria com valor de uso e de valor de troca em uma única unidade de tempo, ou seja, não há variações na divisão do trabalho para realização de diferentes valores.

É antes o mesmo trabalho que tem um duplo caráter: por um lado é trabalho abstrato e por outro lado é trabalho concreto. Enquanto trabalho concreto é infundável diversidade de todos os trabalhos que em qualquer sociedade onde reine a divisão do trabalho, produzem os diversos objetos. Este trabalho tem suas diferenças qualitativas: umas vezes trata-se de tecer, outras de conduzir um veículo, outras de cavar a terra, e assim por diante. Enquanto trabalho abstrato, todos os trabalhos contam somente como dispêndio produtivo de matéria cerebral, de músculo, de força anímica, de força manual, etc., conseqüentemente é em qualquer dos casos trabalho humano. O trabalho abstrato, o trabalho enquanto tal, só conhece diferenças quantitativas: umas vezes trata-se de trabalhar uma hora, outras vezes de trabalhar dez horas. O trabalho mais complexo conta como uma forma multiplicada do trabalho simples: uma hora de trabalho de um trabalhador muito especializado pode valer dez horas de trabalho de um servente ou um ajudante. Esta contabilidade produz-se automaticamente dentro da vida econômica. O trabalho abstrato e o valor que ele cria nada tem, portanto, de material e concreto, antes são abstrações sociais. [...] O valor que cria não tem existência empírica, antes existe apenas na cabeça dos homens que vivem numa sociedade em que os bens tomam habitualmente forma de mercadoria. (JAPPE, 2006, p. 28– 29)

Na dinâmica do mercado que se dá através na circulação da mercadoria, o valor de uso, que é a substância necessária para que a troca seja realizada, não é levado em conta. Nesse processo, os objetos comercializados parecem se autovalorizar e passam a competir seus valores de troca, colocando à deriva o valor que objetiva a sua realização.

Os mesmos vinte metros de tecido podem igualmente trocar-se por quantidades determinadas de todas as outras mercadorias. [...] o tecido exprime o seu valor em todas as outras mercadorias, e torna-se evidente que o respectivo valor é indiferente à forma particular de valor de uso sob a qual surge. E assim torna-

se também mais fácil verificar que todos os trabalhos representados nas diferentes mercadorias são iguais, é trabalho abstrato, sem consideração da forma concreta na qual se objetivam. A forma valor total ou desenvolvida funciona de maneira difícil: a sequência de comparação de valor é sempre incompleta, uma vez que aparecem constantemente novas mercadorias. Mais ainda: dessa maneira, cada mercadoria tem uma forma de valor relativo diferente da de qualquer outra mercadoria, e existe um número igual de formas de equivalência das quais nenhuma é completa e válidas para todas as mercadorias. (JAPPE, 2006, p. 30)

Essa forma geral do valor impulsiona uma dinâmica de competição entre as mercadorias, cujo objetivo é uma valorização sempre maior. A disputa que se acirra acontece indiscutivelmente pelas mãos dos homens, apesar desses objetos se apresentarem como se fossem seres autônomos; é impossível até então criar valor e revalorizar o mesmo objeto, sem a relação entre homens. Nessa relação, a mercadoria incorpora uma forma fetichizada para acelerar o ritmo de sua circulação.

Torna-se evidente que para Marx a mercadoria não é algo de propriamente banal, mas bem pelo contrário um objeto que desafia a compreensão em termos comuns. Chama-lhe uma coisa sensível suprassensível, na qual as relações entre os homens se apresentam como coisas, e as coisas como seres dotados de uma vontade própria: o que há de misterioso na forma mercadoria consiste, pois, simplesmente no fato de ela devolver aos homens a imagem dos caracteres sociais do seu próprio trabalho, como qualidades sociais do seu próprio trabalho, como qualidades sociais que essas coisas possuiriam por natureza. Na produção mercantil é o processo de produção que governa os homens, e ainda não o inverso, e no seu movimento social próprio tem para os indivíduos que procedem a trocas a forma de um movimento de coisas que eles não controlam, mas das quais, pelo contrário, sofrem o respectivo controle. O fetichismo reside desde logo no próprio fato de a atividade social tomar aparência de objeto na mercadoria, no valor e no dinheiro. (JAPPE, 2006, p. 32)

Sobre o teto de uma sociedade fetichista, é frequente a inversão de poderes em suas relações que se dão em um sentido amplo de alienação do homem diante o produto de seu trabalho, da divisão de classes dentre outras relações que colocam o homem submisso a sua criação. A situação se dá de tal forma que as mercadorias parecem ganhar vida própria, apresentam-se em circulação como se seu valor fosse autônomo; e nesse processo a finalidade é a valorização do valor. Assim, a dinâmica do capital se dá de forma independente da vontade dos reais protagonistas da criação do valor e dos responsáveis pelo processo de valorização do mesmo.

Como é evidente não são propriamente as coisas que reinam como pretende a aparência fetichista. Mas reinam na medida em que as relações sociais se objetivaram nelas. O fetichismo é precisamente a universalidade que não é a soma das particularidades; é o resultado não voluntário criado pelas ações conscientes particulares (existem efetivamente) dos sujeitos. Neste sentido, o conceito de fetichismo já é em Helgel; Marx, por seu turno, aplica-o à realidade

social. Mesmo se o conjunto deste movimento surge como um processo social, e se os momentos singulares deste movimento emanam da vontade consciente e dos fins particulares dos indivíduos, nem por isso, a totalidade do processo surge menos como uma conexão objetiva que nasce de maneira inteiramente natural uma: uma totalidade que é certo, provem da interação dos indivíduos consciente, mas não se situa na sua consciência, nem está subsumida como totalidade sob os indivíduos. O próprio entrecrocamento dos indivíduos produz um poder social que lhes é estranho e que se situa acima deles: que é a sua relação recíproca como processo e poder independente deles. A forma valor é necessariamente a base de uma sociedade inconsciente que não tem rédea sobre si mesmo e que segue os automatismos que ela própria criou sem o saber: os indivíduos são subsumidos sob a produção social, a qual existe como uma fatalidade que lhes é exterior. Estes automatismos não são de desculpa, uma aparência por trás da qual as classes dominantes escondessem as suas maquinações subjetivas e as manipulações. Na verdade, supor tais manipulações, apesar da aparência desmistificadora e desfechitizante do gesto, é uma medida consoladora e lenitiva, porque assim, se supõe que a sociedade se orienta a si mesma e que somente os dirigentes estariam mal escolhido. A teoria do fetichismo objetivo, pelo contrário, reconhece que enquanto existirem o valor a mercadoria e o dinheiro, a sociedade é efetivamente governada pelo auto movimento das coisas criadas por ela. (JAPPE, 2006, p. 92-93)

Quando a mercadoria alcança o valor equivalente que concretiza na forma dinheiro, o capital se vê plenamente livre para dirigir seus interesses de autovalorização. Essa ideologia autônoma do capital desconsidera a única fonte de valor que é o trabalho humano apropriado, onde se tem a extração de mais-valia. Cita-se trabalho apropriado, porque este também é uma mercadoria e, nessa condição, pode ser adquirido por qualquer pessoa que tenha dinheiro para comprá-lo e que irá utilizá-lo da maneira que lhe for necessária. *Pode, pois, fazer com que o possuidor da força de trabalho trabalhe mais tempo do que é necessário para produzir o valor contido em seu preço de compra. [...] o trabalhador terá que trabalhar durante uma parte do seu tempo gratuitamente para o capitalista que comprou a sua força de trabalho* (JAPPE, 2006). É essa a parte que importa ao capitalista e da qual ele se apropria: o trabalho excedente; neste sentido, busca ampliar cada vez mais esse excedente com o aumento da jornada de trabalho sem ajuste salarial.

A situação colocada acima se dá devido à artimanha desse sistema de extrair maior lucro com menor gasto possível. Lembrando que o aumento da jornada de trabalho não altera o tempo necessário à produção, multiplica-se “apenas” o trabalho excedente que é a parte que interessa ao capitalista. Mas essa estratégia não é puramente eficaz ao processo de acumulação, pois essa intensificação na produção de mais-valia absoluta traz impactos negativos na reprodução da força de trabalho. A saúde do trabalhador fica debilitada em consequência de jornada exaustiva somada a condições de trabalho precárias e uma baixa remuneração que é incapaz de colocar esse trabalhador na escala de consumo que importa

ao sistema capitalista. Há ainda os impactos políticos: as lutas, as greves que se instalam como forma de resistência à precarização do trabalho.

Não obstante, essas medidas tomadas pelo Estado com finalidade de limitar os abusos sobre a classe trabalhadora limitam, mas não impedem o capitalista de crescer o trabalho excedente, pois ele cria uma nova forma de extração que é a intensificação do ritmo do trabalho. Assim, temos a produção da mais-valia relativa, quando se encontram formas de reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, sem reduzir a jornada de trabalho.

Para alcançar esse objetivo, é preciso inovar a organização do trabalho, e o capital se encarrega de comandar este processo a fim garantir o processo de criação de valor e o processo de sua valorização. De acordo com Netto (2009), *a criação de valor opera-se no tempo de trabalho necessário; a valorização opera-se no tempo de trabalho excedente, se não há tempo de trabalho excedente, não há valorização mas, apenas, criação de valor. [...] no processo de trabalho, o que interessa ao capitalista é justamente o processo de valorização: é nele que se produz a mais-valia (o excedente)*. Logo, fica clara a razão pela qual o capital se coloca no comando do processo de trabalho, pois é aí que se pode dosar o excedente de acordo com seu interesse.

Levou-se um tempo considerável para o capitalismo ter o processo do trabalho ao seu domínio, e, assim, instaura-se a produção capitalista.

Essas transformações iniciais no “mundo do trabalho” e outras que se desenvolveram com o passar dos anos resultou no parcelamento de trabalhadores especializados, o que foi positivo para o modo de produção capitalista por um bom tempo. Mas, em contrapartida, trouxe a desqualificação das atividades produtivas, quando a demanda de atividades simples é crescente, situação que expande a exploração do trabalho infantil e feminino e contribui com a alienação do trabalhador a produção.

Com a Revolução Industrial, a dominação do capital sobre o processo do trabalho é consolidada, pois, com a introdução das máquinas na produção, o trabalhador é colocado a segundo plano, é como se ele fosse uma extensão da máquina. A partir de então, intensifica-se a divisão do trabalho, instala-se o agrupamento de trabalhadores pensantes e não pensantes, ou seja, administradores e executores do trabalho. Nesse sentido, estabelece-se a crescente subordinação do trabalho ao capital que terá como êxito a potente criação de excedente.

Ao decorrer da história, é possível acompanhar o esforço contraditório do capital de se livrar do trabalho vivo. Nessa perspectiva, os investimentos nas forças produtivas

se pautam na tecnologia que coloca ritmo na concorrência da valorização do valor entre os capitalistas; levando em consideração que a extração de mais-valia não é o bastante para o processo de valorização; é na circulação que se pode alcançar esse objetivo. Assim sendo, não há medida para a valorização do valor; o capitalista aposta todas as possibilidades de lucro, ignorando os impactos que suas atividades venham a causar na vida do homem e até mesmo sob o risco de quebra do ciclo do capital.

O investimento no desenvolvimento das forças produtivas tem incrementado o processo de valorização e trazido uma série de consequências para o sistema. O aumento das forças produtivas faz crescer uma massa de capital que, obrigatoriamente, deverá ser investido no processo de valorização do valor, sob pena do ciclo do capital se quebrar, desse modo, o próprio capitalismo "gera necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente" (Marx, 1984, p. 171), o que implica sempre em um aumento progressivo do investimento em capital variável, ou seja, no emprego crescente de força de trabalho, para a produção constante de mais-valia. A relação não é tão simples posto que o investimento maior em capital variável não se traduz efetivamente em aumento da massa global de capital. Por mais que o sistema consiga extrair mais-valia relativa ela tem um limite dado pela própria limitação da lógica do sistema, isto é, a massa de mais-valia que é calculada pela taxa de mais-valia e pelo número de trabalhadores e suas respectivas jornadas de trabalho. Há uma relação entre taxa de lucro e massa de mais-valia, por conseguinte, "com dada grandeza de valor-capital, a taxa de lucro nunca pode subir ou cair sem que a massa de mais-valia igualmente suba ou caia" (Marx, 1983, p. 171). Ressalta-se que, uma vez retirada a mais-valia do trabalhador o processo não se encerra neste primeiro momento, só posteriormente. A taxa de mais-valia uma vez extraída representa um processo de exploração, de valorização do valor do capital em seu ato primeiro; o segundo ato é a circulação. (DIAS, 2014, p. 29)

Voltando à questão da tecnologia, a inovação tecnológica é uma grande aliada na produção de mais-valia relativa, ou seja, instaura uma forma eficiente de reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, sem reduzir a jornada de trabalho. Mas, em contrapartida, fomenta a massa de desempregados (pois, como está colocado na citação anterior, investimento em capital variável não é certeza de lucro, não é certeza do aumento da massa global de capital). Assim sendo, o fato do capital demandar a extração de mais-valia não significa que o posto de trabalho aumentará, pois a mais-valia que mais importa ao capitalista é a relativa que contribuirá com o contrário que é o aumento expressivo de desemprego. A quarta revolução nos traz esse reflexo da extração de mais-valia relativa.

Si ellos hablan de 5 millones de empleos, seguramente serán muchos más. Y es sólo uno de los impactos de esta revolución tecnológica, que no se define por cada una de estas tecnologías aislandamente, sino por la convergencia y sinergia entre ellas. Nombran entre las diez tecnologías claves- y más disruptivas-laingeniería de sistemas metabólicos para producir sustancias

industriales (léase biología sintética para replazar combustibles, plásticos, fragancias, saborizante, principios activos farmacêuticos derivados de conocimiento indígena); el internet de las nano-cosas (además de usar internet para producción industrial, agrícola, etc., también nano-sensores insertados em seres vivos, incluso nuestros cuerpos, para captar y recibir estímulos e administración de drogas y farmacêuticos); ecosistemas abiertos de inteligência artificial (integrar máquinas con inteligência artificial al internet de las cosas, a las redes sociales y a la programación abierta, con potencial de combinar radicalmente nuestra relación com las máquinas y entre éstasmismas) y várias otras, como nuevos materiales para almacenar energia, nano-materiales “biodimensionales”, vehículos autónomos y no tripulados (drones de todo tipo con mayor autonomía), optogenética (células vivas manipuladas genéticamente que respondem a ondas deluz), producir órganos humanos em chips eletrônicos. En el año 2000, desde el Grupo ETC llamamos a esta convergência BANG (Bits, Átomos, Neurociencias, Genes), um especie de Big Bang tecno-socio-económico, mejor llamado “Little Bang” porque las tecnologías a nano-escal (aplicadas a seres vivos y materiales) son la plataforma de desarrollo de todas las otras. Avizoramos entonces que este “Little Bang”, estaba formando um tsunami de tecnologías que tendría impactos negativos de grandes dimensiones em médio ambiente, salud, trabajo, producción de nuevas armas para guerra, vigilancia y control social de todas y todos, entre otras. Todo em empresas que controlan inmensos sectores de producción y tecnologías. (RIBEIRO, 2016)

O fragmento acima é um demonstrativo desse desfreio do capital quando se trata da incessante valorização do valor. Com a tecnologia ele se vê capaz de controlar tudo e a todos; se a fonte de riqueza natural se esgota, criam-se meios artificiais para recriar o real. Mas, em meio a tantas artimanhas, ele se transforma no seu próprio e maior limite na medida em que não há rédeas capazes de controlar seu processo de acumulação.

A sociedade baseada na produção de mercadorias, com a sua universalidade exteriorizada e abstrata, é necessariamente sem limites, destrutiva e autodestrutiva. Tal resultado encontra-se já contido no respectivo conceito, como Marx pôs em relevo em diferentes ocasiões: O capital, porém, na medida em que representa a forma universal da riqueza o dinheiro, é o impulso sem limite nem medida para ultrapassagem do seu próprio limite. Para o capital qualquer fronteira é e só pode ser um limite excessivo. Se já não sentisse uma dada fronteira como limite, deixaria de ser capital: dinheiro produzindo-se a si mesmo. (JAPPE, 2006, p. 132 – 133)

É importante ressaltar que o processo de valorização não se encerra na circulação, é preciso que haja consumo. Se este não acontecer, não há lucro, e todo o capital investido, constante e variável, perdem-se. Diante desta situação, a crise se manifesta, e o capitalista precisa ser criativo o bastante para criar saídas para retomar o controle sobre a taxa de lucro, que, pois, o trabalho já não é a maior fonte de riqueza para os capitalistas.

No fundo todas as crises do capitalismo são causadas pela ausência de uma comunidade, de uma unidade social. De certa maneira, essa unidade restitui-se na crise de uma forma violenta: e a crise mais não é do que o violento pôr em prática da unidade das fases do processo de produção, que se autonomizaram uma em face da outra. Nas páginas dos Grundrisse sobre o fim do trabalho [...] Marx prevê o desmoronamento da produção do valor precisamente como

consequência do desenvolvimento da lógica do valor. Preconiza a abolição do trabalho enquanto base da riqueza social: o roubo do tempo de trabalho de outrem, sobre o qual assenta a riqueza atual, surge como uma base miserável quando comparada àquela outra, recentemente desenvolvida, que foi criada pela grande indústria, ela mesma. A partir do momento que o trabalho sob a sua forma imediata deixou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa necessariamente de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O sobre trabalho da massa deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, da mesma maneira que não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes universais do cérebro humano. Isto significa a derrocada da produção assente sobre o valor de troca, e o processo de produção material imediato perde ele mesmo a forma de penúria e de contradição. (JAPPE, 2006, p. 135)

Nesse cenário em que a crise se manifesta e o trabalho já não ocupa centralidade enquanto fonte de riqueza, este também se vê no caos. Assim, a sociedade que é detentora apenas da força de trabalho vê sua existência ameaçada, uma vez que habita sob o teto capitalista e encontra obstáculos para entrar na esfera do consumo e consequentemente ter o “privilégio” de participar do sistema massacrante. Nessa luta pelo consumo mínimo à sobrevivência, a classe trabalhadora buscam saídas por si só, quando conseguem a “graça” do trabalho precário. Mas, sendo a produção material a única fonte de criação de valor, não se tem como desconsiderar o trabalho enquanto produtor de riqueza. Porém, não é todo trabalho que o capitalismo considera produtivo ao seu sistema, ele considera produtivo somente aquele trabalho que produz em larga escala, caso contrário é considerado improdutivo independente da utilidade que o determinado trabalho venha a ter.

Por mais que um trabalho seja improdutivo, ou seja, não produza coletivamente e em larga escala, o capital não pode descartá-lo de seu sistema. Pois, o improdutivo está representado nos serviços de limpeza, educação, transporte, segurança, enfim uma infraestrutura de fundamental importância à realização do trabalho produtivo, mas as grandes empresas capitalistas não investem capital em trabalhadores fixos para realização desses serviços; preferem contratação de trabalhadores terceirizados. Essa modalidade de contratação de serviços terceirizados não deixa de ser estratégia do sistema vigente, pois, assim, cria-se mais-valia às empresas que fornecem esses serviços.

A sociedade se faz e vive do trabalho, e grande parte do trabalho que dá base à sociedade é improdutivo; uma despesa que nenhuma empresa particular, por mais que desfrute do serviço, não quer assumir e também não conseguiria arcar. Assim, quem se compromete com a sustentação deste consumo é o estado como aponta Jappe (2009, p. 145):

Não é apenas a visível diminuição do trabalho no mundo contemporâneo que põe em crise a valorização, mas mais ainda o recuo invisível do trabalho produtivo. Só uma muito pequena parte das atividades levadas a cabo no mundo cria mais-valia e alimenta ainda o capitalismo. [...]. Os setores produtivos têm necessidade; de numerosas atividades a montante, a jusante e ao lado do verdadeiro processo produtivo. Mas, trata-se de trabalhos não produtivos e que muitas vezes não podem obedecer à lógica do valor. Em parte, estes trabalhos situam-se no interior da empresa, como as limpezas ou contabilidade que mencionamos acima. Mas a maior parte dos falsos encargos encontra-se a cargo do Estado. Com os impostos e restantes rendimentos, o Estado financia tudo o que é demasiado caro, mesmo para as empresas maiores (a construção de caminhos-de-ferro é o exemplo histórico mais conhecido) ou que não pode ser organizado segundo critérios habituais do lucro, sendo, contudo indispensável: a produção moderna necessita de trabalhadores qualificados, precisando, portanto, de um sistema educativo abrangendo toda a sociedade, coisa que um sistema educativo privado não seria capaz de garantir. A segurança interna e externa, os transportes, o sistema sanitário, a administração e muitas outras coisas são necessárias para que o trabalho produtivo possa desenvolver-se.

É perceptível que a organização da produção social está totalmente voltada aos desígnios capitalistas. As atividades de utilidades sociais só são desenvolvidas quando sustentam alguma necessidade do modo de produção capitalista. Em outras condições, qualquer demanda social é cruelmente ignorada pelo investimento público e principalmente pelo privado.

Quando o capital fictício passa a dominar o sistema de acumulação, as questões voltadas ao trabalho, que é base para a produção concreta do valor, perde sua centralidade, ficando apenas como uma extensão desse capital virtual. Essa nova modalidade se inicia a partir do momento em que as empresas precisam aumentar a sua produtividade sem conseguir o retorno dos investimentos no tempo presente, porém não podem deixar de produzir; nessa lógica o reembolso de todo investimento é pensado para o futuro com um valor acrescido do que seria no presente.

Até um determinado tempo, esse novo sistema de financiamento, o crédito, sustentava as necessidades das empresas com certo equilíbrio e segurança; mas, passando a década de 1970, a base do financiamento das empresas passou a se limitar exclusivamente ao capital fictício. Isso gera certa insegurança no sistema financeiro, pois passou-se o tempo em que o Estado poderia socorrer ou sustentar a economia em momentos de crise. Uma vez que o mundo coloca o sistema de crédito como motor da economia, acreditando-se na multiplicação direta e ilimitada do dinheiro (D-D'), o expoente dessa potência foi o endividamento global.

Tudo isso mudou enormemente a partir do momento em que a acumulação real, apesar de todos os créditos, estagnou. A partir de então, o recurso ao crédito serve para estimular uma acumulação inexistente e para prolongar artificialmente a vida de um modo de produção que já está morto. Somente uma quantidade muito pequena dessa liquidez circulante foi emitida diretamente pelos Estados: a maior parte são ações, obrigações, créditos valores imobiliários, “dinheiro eletrônico”, etc. O que contribui para tornar esse processo completamente incontrolável. Mediante uma reviravolta grotesca que nem Marx foi capaz de prever, a produção real passou a ser um apêndice do capital fictício. Os movimentos vertiginosos registrados a partir de 1987, nos mercados bolsistas já nada tem a ver com as oscilações conjunturais daquilo que resta da economia real. O capital fictício tornou-se inclusivamente o verdadeiro motor do crescimento. Os ganhos realizados operações financeiras puramente especulativas tornam-se um elemento indispensável nas finanças das empresas dos Estados e dos privados – quer trate do milagre econômico americano, financiado com o maior endividamento da história, ou das numerosas famílias americanas que obtêm créditos bancários exclusivamente com base nas ações que detêm e na expectativa de que o respectivo preço venha a subir, ou das empresas serias, que tem orçamentos equilibrados apenas graças a receitas financeiras. Neste quadro, o famoso endividamento do terceiro mundo não é senão uma pequena parte de todo o capital fictício. Já não são apenas as receitas do estado, mas também as de toda sociedade, que se encontram antecipadamente gastas. [...] A subida cada vez mais fantástica dos mercados bolsistas segue a par da aparente tranquilidade das instituições econômicas internacionais que sem pestanejar fazem chegar aos países em falência (como Indonésia, o Brasil ou a Turquia) somas da ordem das dezenas de milhares de milhões de dólares que poucos anos antes teriam feito estremecer até seus fundamentos as finanças internacionais como sucedeu no caso da crise do México em 1995. (JAPPE, 2006, 150-151).

Com o exposto, pode-se entender que o processo de “criar” valor sem a produção real é, na verdade, uma produção incessante de coisas descartáveis, até mesmo esse valor sem trabalho. Pois, para que haja mais valor nesse tempo em que a produção das mercadorias foi crescentemente ampliada, o consumo também precisaria acompanhar a produção, porém esse consumo por meio do capital dinheiro em papel-moeda imediato não tem sido possível. Com a redução dos postos de trabalho e os baixos salários, o sistema de compra via cartão de crédito tem sido a grande modalidade de consumo da sociedade. Para tanto, nos últimos anos, as instituições financeiras tem facilitado muito a liberação de crédito aos cidadãos; antes existia uma extensa burocracia quanto à necessidade de comprovação de renda e uma série de dados visando garantir que a pessoa teria como pagar o crédito financiado. Atualmente, são poucas as instituições que solicitam a comprovação de renda para liberar crédito. Elas até mesmo oferecem, e o melhor cliente para elas não é aquele que é rigoroso com os pagamentos, mas, em especial, aqueles que não conseguem realizar os pagamentos nos vencimentos estipulados, pois, assim, obtêm um lucro ainda maior com a geração de juros e multas sobre a dívida em atraso.

Essa incessante luta pela revalorização do valor de forma autônoma significa não apenas ou simplesmente o anúncio da falência de um sistema econômico, mas a destruição da humanidade. É uma bomba relógio em nível de guerra que pode explodir a qualquer momento; e o que mais aterroriza é não ter qualquer expectativa de restauração após essa possível catástrofe.

A desvalorização do valor não é somente uma crise econômica, antes significa uma crise total: o colapso de toda uma civilização. A produção de mercadorias já não constitui um setor no quadro da vida social, antes ocupa nela uma parte cada vez cada vez maior, tanto geograficamente como no interior da sociedade, tanto em extensão como em intensidade. O final desta produção de mercadorias será, portanto catastrófico para todo o planeta. Uma derrocada do capitalismo em 1900 teria sido muito mais limitada nas suas consequências. Hoje em dia, a sociedade mercantil, depois de ter sequestrado todos os recursos da humanidade, retira-os aos homens e renuncia completamente sua utilização. Os homens já não podem pôr em ação os seus próprios meios, porque o fetiche da rentabilidade não o permite. Ao mesmo tempo, o sujeito autômato já não pode incorporar a força de trabalho que está disponível em grandes quantidades: todas as forças produtivas têm que passar pelo buraco da agulha da respectiva transformação em valor, e esse buraco torna-se cada vez mais estreito. O valor conduz à sua própria abolição precisamente por causa dos seus recursos. A vitória definitiva sobre os restos pré-capitalistas representa também a sua derrota definitiva. (JAPPE, 2016, p. 152)

Em suma, essa fórmula de valorização do capital implica uma séria transformação no mercado de trabalho. Os processos de flexibilização, a informalidade, redução salarial, o elevado índice de desemprego, a demanda pelo trabalhador polivalente que iniciou nos anos 1990, só se intensificam com o passar dos anos. No Brasil, as ações da crise capitalista se manifestam diretamente na política, quando o governo petista é claramente golpeado, e a sociedade sofre a realidade da recessão do Estado. O Governo Temer, desde sua posse, vem anunciando e realizando reformas com prejuízo à classe trabalhadora: reforma da previdência, congelamento do investimento em políticas sociais por vinte anos e término de programas sociais que se tornam em grande maioria a renda fixa da família a renda destinada à alimentação, como o Programa Bolsa Família, Farmácia Popular, entre outros programas.

O que se pode ver é uma busca incansável em tirar valor até mesmo do que já foi julgado não rentável. Os cortes de verbas nas políticas sociais em um momento em que cresce o nível do desemprego e da desocupação contribuem para aumentar as desigualdades sociais. Todavia, continuam crescendo os gastos públicos e privados com armamento e técnicas de segurança.

A sociedade capitalista se adapta a essa realidade e encontra um meio de fazê-los lucrativos sem estes precisarem estar dentro do processo de produção. Mesmo estando fora do mercado de trabalho, impulsionam a economia, à medida que inspiram medo e insegurança, pois muitos, por não proverem seu sustento nas vias legais, acabam por vagar pelas ruas em busca de algum meio de sobrevivência. Neste contexto, os excluídos são vistos como uma oportunidade de investimentos no mercado de segurança privada. O incentivo à busca pela segurança por meios próprios acaba sendo uma prática cada vez mais cotidiana, visto que o Estado se mostra insuficiente para responder aos problemas de segurança existentes no país. Crescem as vendas de itens de segurança pessoal e equipamentos eletrônicos que asseguram proteção em automóveis e casas. O Brasil lidera o mercado de segurança privada na América Latina, segundo um estudo divulgado em 2012 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o setor nas Américas. (MACHADO, 2015, p. 113)

CAPÍTULO 2 ESTADO E QUESTÃO DA MORADIA

2.1 Engels e a questão da moradia no final do século XIX

A era da industrialização trouxe consigo a necessidade de urbanização de elevados contingentes humanos e o agravamento da escassez da moradia para a classe trabalhadora. Engels (2015), ao analisar a questão da moradia na Alemanha, problematiza como a burguesia enfrentou o problema de forma superficial.

A primeira observação que Engels faz ao analisar as propostas da burguesia para o fim da escassez da moradia é que em momento algum essa classe se empenha de fato para resolver a raiz da questão a não ser quando vê sua ordem ameaçada. Esse havia sido o posicionamento da burguesia frente à deflagração de inúmeras enfermidades contagiosas, nos bairros das cidades da Europa, durante o século XIX, mais especificamente, onde moravam os trabalhadores; em áreas sem a menor condição de habitabilidade, sem meios que garantissem a saúde integral dos moradores.

Diante desse cenário insalubre, surgiu um debate e uma bibliografia em torno do tema da saúde pública. Na sua obra, Engels comenta a publicação do Dr. Emil Sax sobre as condições de moradia da classe trabalhadora e a necessidade de sua reforma. Engels usa essa bibliografia para chamar a atenção sobre os interesses burgueses.

Conforme Engels, o Dr. Sax deseja que as leis econômicas burguesas preservem o modo de produção sem qualquer alteração negativa e, principalmente, sem gerar uma classe desprovida:

A tarefa da nova ciência da economia social, inventada pelo Senhor Sax, consiste, portanto, no seguinte: encontrar os meios e vias para, no interior de uma determinada condição social, fundada na oposição entre capitalistas, detentores de todas as matérias-primas e todos os instrumentos de produção e alimentos, de um lado, e de outro, trabalhadores assalariados sem posses, que nada podem chamar de seu além de sua força de trabalho, descobrir como, no interior dessa condição social, todos trabalhadores assalariados podem ser transformados em capitalistas sem deixar de ser trabalhadores. (ENGELS 2015, p.70)

A escassez da moradia é uma das expressões da questão social, fruto das contradições da sociedade capitalista. Portanto, não existe real interesse da burguesia em resolver a questão. Dr. Sax prossegue com suas propostas de conceder moradia ao trabalhador sem qualquer custo e torná-lo capitalista. Segundo Engels, esta é uma forma ilusória de reduzir o salário do trabalhador. Vejamos:

No entanto, "com base nas leis bronzeadas da teoria da economia nacional" toda e qualquer redução dos custos de geração da força de trabalho, isto é, toda e qualquer diminuição permanente no custo de vida do trabalhador significa um rebaixamento do valor força de trabalho e, por conseguinte, acaba acarretando uma redução do salário. Portanto, o salário se reduziria, em média, no mesmo montante poupado com valor médio do aluguel, isto é, o trabalhador pagaria o aluguel por sua própria casa, e sim em forma de trabalho não pago para o dono da fábrica para quem ele trabalha. Assim, todavia, as economias que o trabalhador investe em sua casinha de certo modo se converteriam em capital, mas não em capital para ele, e sim para o capitalista que lhe dá emprego. (ENGELS, 2015, p. 77)

A exploração por meio do trabalho, dos baixos salários, das más condições de trabalho, a existência de um amplo exército industrial de reserva, dentre outras, constituem situações que deixam os trabalhadores em condições de pobreza e miséria muitas vezes sem ter o que comer e onde morar. *Numa sociedade desse tipo, a escassez da moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada com recuperação sobre a saúde etc. quando a ordem social a qual ela se origina for revolucionada desde a base (Engels, 2015).*

Engels afirma que a solução para o déficit habitacional poderia ser encontrada no Estado. Porém, o Estado que se apresenta não tem se comprometido com as responsabilidades sociais, não se apresenta como um Estado de direito, mas de exceção. As iniciativas tomadas pelo Estado são insuficientes, paliativas, que não contemplam de forma plausível as necessidades dos trabalhadores. Engels (2015) cita o exemplo do financiamento para construção de moradias para os trabalhadores na Inglaterra em pouco mais de uma década até 1867. O que aparentemente seria um alento foi, na verdade, mais uma forma de extrair lucro sobre o trabalhador, pois o sistema de aquisição da casa funcionava da seguinte forma:

Depois de ter pagado em 15 anos 4.500 francos a prestações, o trabalhador recebe a propriedade de uma casa que há 15 anos valia 3.300 francos. Caso o trabalhador queira se mudar para outro lugar ou atrasar o pagamento de uma única prestação (podendo neste caso, ser posto na rua) põe-se na conta dele de um aluguel anual de 6²/₃% do valor original da casa (por exemplo, 17 francos mensais para uma casa no valor de 3 mil francos), sendo o restante devolvido a ele, só que sem um centavos de juros. (ENGELS, 2015, p. 89)

Trata-se de um modelo de especulação imobiliária com o apoio do Estado:

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem querer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado, nada mais é que a totalidade do poder

organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terra e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais (e são eles que estão em questão aqui, dado que, nesse assunto, o proprietário de terra também aparece, em primeira linha, em sua qualidade capitalista) tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente, o capitalista lamente a escassez da moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis e o capitalista global, o Estado, também não fará mais do isso. (p. 99-100)

O adensamento das cidades, acelerado desde a década de 1970, somado à falta de infraestrutura para alocar milhares de pessoas em busca de trabalho, foi um dos fatores contribuintes para o crescimento das favelas e periferias (única alternativa de moradia para a “sem lugar” na cidade). Desde então, o processo de ocupação irregular e ilegal do solo e da autoconstrução da moradia, formando densas favelas, acelerou-se.

Nesse sentido, a favela, antes de se tornar um problema, apresenta-se como solução para o governo, pois, esse lugar acaba concentrando a população empobrecida, com elevados percentuais de desocupados, desempregados e trabalhadores precarizados. Socialmente estigmatizada e criminalizada, as favelas tornam-se campos de descarte e eliminação do segmento social que é considerado supérfluo ao processo de acumulação capitalista.

Uma vez fora, indefinidamente de fora, uma cerca de segurança com torrões de vigia é o único mecanismo necessário para fazer com que a “indefinitude” do deslocado se sustente pela eternidade. É uma história diferente com as pessoas redundantes já “dentro” e destinadas a ficar dentro porque a nova plenitude do planeta impede sua exclusão territorial. Com a ausência de lugares vazios para os quais pudessem ser depositadas, e o bloqueio daqueles aos quais viajariam por livre-arbítrio em busca de sustento, os depósitos de lixo devem ser estabelecidos dentro da localidade que as tornou supérfluas. Tais locais emergem em todas as grandes cidades, ou na maioria delas. São guetos urbanos, [...] “hiperguetos”. O gueto negro norte-americano transformou-se pura e simplesmente num depósito de lixo de finalidade virtualmente específica. “Ele se desenvolveu num mecanismo unidimensional de pura exclusão, um depósito de pessoas em que se descartam os segmentos da sociedade urbana, considerados desonrados, desprezados e perigosos.” (BAUMAN, 2005, p. 101-102 e 103)

A crise do capital, que inicia em meados da década de 1970, começou a deixar sinais de conflitos à legitimação do sistema. Um dos primeiros reflexos é a crescente massa de trabalhadores sem trabalho. A cidade não almeja esse público, pois sua expectativa está naqueles que podem comprar a cidade e que podem financiá-la.

Os mecanismos de acumulação engendrados pelo capital para enfrentar a sua crise estão associados ao desenvolvimento das tecnologias poupadoras de trabalho. Com as mudanças na composição orgânica do capital, ocorreu uma onda de desvalorização da

força de trabalho. Assim, as saídas para a crise nos processos desvalorização do valor vem sendo realizadas através de um novo movimento de substituição da força de trabalho pela automação. Nesse cenário, as demandas do Estado tendem a crescer:

As novas formas de acumulação e os impactos sociais e ambientais significam um crescimento constante de demandas ao Estado. Enquanto as demandas ao Estado não param de crescer, esgota-se pela própria crise de produção a fonte de financiamento de suas atividades (cf. as elaborações de Kurz, Jappe, Menegat). O esgotamento da “substância” do valor, do trabalho abstrato” tende a provocar a crise do Estado que se manifesta na incapacidade de sua legitimação. Isso não significa paralisia do Estado. Ao contrário, explica as suas mudanças. Por um lado, o Estado nunca deixa de depender da acumulação de capital para garantir o seu financiamento e por isso não pode deixar de se envolver ou tentar garantir a produção desses novos mecanismo de acumulação. Mas, por outro lado, se essa acumulação não gera imediatamente legitimação, novos mecanismo de legitimação devem ser criados. E diante de insuficiência destes, mecanismos de repressão devem ser acentuados. Assim as funções estatais de acumulação, legitimação e repressão adquirem novos conceitos. (JAVIER BLANK, 2014, p. 09-10)

A população brasileira tem vivenciado essa realidade nos tempos atuais através das várias reformas na legislação trabalhista realizadas pelo governo Michael Temer, as quais irão favorecer os processos de precarização do trabalho: Brito (2016, p. 2) tece, a respeito, o seguinte comentário:

As aprovações legislativas da terceirização irrestrita (ou seja, da possibilidade de empresas estenderem a terceirização também para as chamadas “atividades-fim”) bem como dá prevalência de conteúdo “negociado” (por meio de convenções ditas “coletivas”) sobre o legislado. Aprovadas tais medidas, a tendência à desregulamentação, precarização, rotatividade será galvanizada e receberá suporte legal institucional, e, com isso, a correia de transmissão entre formalizado, assalariamento e direitos trabalhistas, a rigor cambaleante desde sempre no Brasil, estará sustada. Com o rebaixamento dos custos de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil, tão enraizada que, no primeiro encontro oficial de banqueiros com Michel Temer, a pauta foi exatamente a “flexibilização” da legislação trabalhista. O termo “flexibilização”, a propósito, consagrou-se como um eufemismo para caracterizar medidas de deterioração ou destruição de direitos.

Nesse desdobramento de reformas que atropelam legislações que garantiam certa segurança à população trabalhadora, fica difícil falar em desenvolvimento urbano, ou qualquer outra ordem, livre de conflitos sociais e lutas políticas. Mesmo quando empregada, os trabalhadores de baixa renda convivem com a informalidade e a precariedade da moradia, dos serviços de transporte, saúde, educação entre os demais serviços públicos. O aumento do desemprego e da desocupação irão agravar tais problemas já existentes.

Por outro lado, observa-se o aumento da criminalização da pobreza, principalmente entre os jovens negros. Com o argumento de “combate às drogas”, o Estado através da polícia e do exército vem produzindo verdadeiras guerras contra as favelas e periferias.

As mortes em massa por homicídio no Brasil acomodam-se ao funcionamento cotidiano do regime democrático em voga no país. Contudo, formam um painel social tão horripilante que ultrapassa, em termos de média anual o somatório de mortes dos dozes maiores conflitos armados espalhados no mundo. É o que atesta o “Relatório sobre o peso mundial da violência armada”, que mapeou as mortes provocadas por 62 conflitos armados espalhados pelo mundo entre 2014 e 2017. Num cômputo geral de 208.349 mortes, os doze maiores conflitos mundiais foram responsáveis. No Brasil, não há guerras civis nem enfrentamentos étnicos e/ou religiosos oficialmente declarados ou reconhecidos. Não obstante, há uma torrente de 192.804 vítimas, bem próximas, aliás, do total de mortes provocadas pelos 62 conflitos supracitados. (BLANK, BRITO e VILLAR, 2013, p. 216 – 217)

2.2 Limites do programa Minha Casa Minha Vida

De acordo com Cardoso (2013), a reação do governo brasileiro à crise internacional, em 2008, foi rápida, adotando medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado e, também, medidas de apoio aos setores em dificuldades. No ano de 2009, na suposta tentativa de combater o déficit habitacional, é lançado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Minha Casa Minha, um Programa Habitacional de Interesse Social que visa atender necessidades de habitação da população de média e baixa renda (de 0 a 10 salários mínimos por família), nas áreas urbanas. Dentro dessa faixa de renda, o Programa reconheceu a necessidade de subsidiar com recursos públicos as unidades habitacionais de interesse social para famílias com renda entre 0 a 3 salários mínimos. Por outro lado, reconheceu como sendo de interesse de mercado a faixa de 3 a 6 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos. Em detalhes temos:

A produção por construtoras, para a faixa de mais baixa renda, entre 0 e 3 salários mínimos por família (até 1.394 reais), é por oferta privada ao poder público, com valores entre 41 e 52 mil reais por unidade, dependendo do tipo de município (acima de 50 mil habitantes) e da modalidade de provisão (casas ou apartamentos). Estão previstas, para esta faixa, denominada de "interesse social", 350 mil unidades habitacionais urbanas mais 50 mil unidades para habitação rural por autoconstrução, sempre com subsídio orçamentário da União. [...] Nas faixas imediatamente superiores, de 3 a 10 salários por família, ou de "mercado popular", são previstas 600 mil unidades. Os recursos são do FGTS e contemplam subsídios diretos de até 20 mil reais, mais redução nos juros, em montante inversamente proporcional ao rendimento familiar. Os valores ficam entre 73 a 130 mil reais, faixa que interessa às construtoras que já atuam nos chamados mercados "econômicos" e "super-eco" para a classe média baixa. Nesse caso a comercialização é feita diretamente pelas empresas

e o interessado vai diretamente aos estandes de vendas ou aos cada vez mais concorridos "feirões da casa própria", patrocinados pela Caixa Econômica Federal. (ARANTES e FIX, 2009, p. 03)

O discurso do governo petista é o de deslocamento do mercado imobiliário para faixas de baixa renda, acreditando, assim, ter vantagens eleitorais além de econômica, porém, essa não é a pura intenção do mercado ao qual o Estado está diretamente atrelado:

Existem algumas diferenças entre as prioridades do governo e do mercado imobiliário que precisam ser avaliadas, mesmo que a dependência recíproca proporcione a convergência de interesses e de ganhos, tanto eleitorais quanto econômicos. De um lado, o governo quer que o subsídio favoreça o deslocamento do mercado imobiliário para faixas de baixa renda, onde obtém maiores dividendos políticos, enquanto o mercado quer aproveitar o pacote para subsidiar a produção para classe média e média-baixa, onde obtém maiores ganhos econômicos. Em ambos os casos, o mercado depende do governo para expandir a oferta e não do sistema privado de crédito, como nos países centrais, ou seja, é um mercado que não é plenamente capitalista e acaba alimentado pelos fundos públicos. De outro lado, o governo depende do mercado para implementar uma política social, pois o sucateamento dos órgãos públicos, das secretarias de habitação e das COHABs, além de questões ideológicas, impedem uma ação dirigida predominantemente pelo Estado. Há, assim, um amálgama de interesses econômicos e políticos que exige de ambas as partes, governo e empresas, que atuem em unidade – em uma aliança muito mais instrumental do que propriamente programática (no sentido de um "capitalismo popular", por exemplo). (ARANTES e FIX, 2009, p. 03)

Percebem-se, dentro da política pública, brechas para a realização de negócios privados. Por um lado, não se pode negar a disponibilização, pelo governo petista, de somas inéditas de investimentos em habitação e também em saneamento básico e transporte em atenção à faixa de baixa renda. Mas, em contrapartida, ocorreu também a potencialização da especulação do setor imobiliário e fundiário, o preço da terra é supervalorizado, em especial e essencialmente a terra urbanizada. Essa situação incidirá na localização da construção do empreendimento do Minha Casa Minha Vida, que, em grande maioria, ocorre em terras menos valorizadas, fora da cidade.

Vivemos um paradoxo: quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. Entre janeiro de 2008 e janeiro de 2015, o preço dos imóveis subiu 265,2%, no Rio de Janeiro; e 218,2%, em São Paulo, liderando o aumento, entre as capitais do país (Fipe ZAP, 2015). E tudo, especialmente, porque a terra se manteve com precário controle estatal, apesar das leis e dos planos que objetivam o contrário. No mais dos casos, as câmaras e Prefeituras flexibilizam a legislação ou apoiaram iniciativas ilegais para favorecer empreendimentos privados. (MARICATO, 2015, p. 38-39)

Verifica-se que há uma parceria travada entre o governo e o setor imobiliário sobre a necessidade do financiamento habitacional, porque se trata da produção de uma mercadoria de alto preço. A grande questão é que não há o mesmo empenho para garantir a qualidade dessa produção de habitação popular, pois a preocupação do setor privado está em como lucrar com a circulação do capital e garantir o mesmo. Assim, o MCMV, pelos meios legais e impulsionados pelo movimento de valorização do solo urbanizado, intensifica o processo de segregação socioterritorial da massa de baixa renda.

A multiplicação de centenas de casas desconectadas da cidade não resolve os problemas relativos a habitabilidade; não há investimento em transporte coletivo e outros serviços públicos. E como se não bastasse, as casas apresentam sérios problemas construtivos que deixam em risco as famílias selecionadas pelo programa, uma situação que contradiz todos os requisitos de sua Lei nº11. 977, de 07 de julho de 2009. Maricato (2011) aponta esse descaso:

A maior parte da localização das novas moradias - grandes conjuntos sendo alguns, verdadeiras cidades - será definida nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado imobiliário sem obedecer a uma orientação pública, mas à lógica do mercado. Não podemos afirmar que as prefeituras e governos estaduais garantam, usualmente, melhores localizações. Essa tem sido regra. Mas as empresas, com suas estratégias individuais, certamente não oferecerão em conjunto, um cenário de maior racionalidade. Interesses privados desarticulados podem definir a localização da maior parte de um milhão de moradias do PMCMV, já que dificilmente as prefeituras e câmaras municipais, além da própria Caixa Econômica Federal, o grande agente unificador da aprovação dos projetos, deixaram de atender apelos para aprovação de uma construção de porte. Pelo menos não é a tradição no Brasil. (p. 34)

Na tentativa de alcançar objetivos, muitas vezes, eleitores, o processo de implantação do PMCMV é atropelado, priorizando a construção em massa de casas e apartamentos populares sem levar em conta a infraestrutura do entorno, a localização dos empreendimentos, que na maioria dos casos são afastados das áreas centrais dificultando seu acesso a serviços básicos como: saúde, transporte público, educação, cultura, lazer, comércio em geral, dentre outros.

Percebemos que todo o recurso que a princípio seria para atender as demandas da classe subalterna é desviado aos interesses da classe dominante, deixando as demandas dos trabalhadores para segundo plano, quando serão atendidas paliativamente. A construção de casa e sua distribuição toma uma proporção de apaziguamento eleitoral. São respostas que atendem parcialmente a demanda por moradia da população, mas, principalmente, os interesses políticos e econômicos.

Nesse jogo sócio-político-econômico entre os grandes competidores, estão o mercado imobiliário e o setor da construção civil, empresas privadas que tiveram grande lucratividade com a implementação do PMCMV. Desde então, essas empresas têm dominado o desenvolvimento do projeto até a entrega da moradia. Essa realidade evidencia a verdadeira essência do MCMV:

Os valores envolvidos nas negociações de transferência direcionam altas cifras que irrigaram os cofres do setor de construção civil no período que sucede o PMCMV. Para se ter uma ideia da dimensão das negociações entre a política pública e o setor de construção civil, a publicação Valor econômico, especializada em finanças e negócios, estimou que, em 2013, o PMCMV chegou a representar 80% do Valor Geral de Vendas das empresas da Construção Civil no Brasil, dando destaque aos negócios da MRV Construtora, pois a reportagem sugeria que somente as ações desta mesma construtora representariam o percentual de 0,8% na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro naquele mesmo ano.[...] Aos novos arranjos empresariais que vêm sendo incorporados ao PMCMV, cabe ressaltar que o fortalecimento do sistema financeiro e o estabelecimento de parcerias entre grandes grupos empresariais vem influenciando e ditando os rumos de parte do programa. Assim, é possível verificar que o alinhamento entre mercado imobiliário e o setor de construção civil, a partir do processo de abertura de capital destas empresas, pudesse ampliar sua participação no mercado nacional e até mesmo mudanças no perfil das empresas, onde empreiteiras, como OAS e Odebrecht, passaram a atuar no setor de construção civil (CARDOSO; JAENISCH, 2014). [...] A intensificação da participação dos grandes grupos empresariais dá o indicativo de que o PMCMV vem contribuindo para o movimento de nacionalização de suas ações, o que favorece diretamente a consolidação do capital imobiliário como um dos grandes atores político-econômicos diretamente vinculados à oferta de moradias. (OLIVEIRA, 2017, p. 337 - 345)

Os acordos de financiamento do programa dão condições para a elaboração de estratégias de lucratividade do setor privado sobre a política pública. E essa perspectiva empresarial coloca em questão a finalidade social do programa e o comprometimento em responder às demandas da população atendida pela faixa 01. Outra questão é que o Estado já não se comporta como protagonista, deixando as demandas sociais à deriva.

Os investimentos na Faixa 01 do programa são os mais problematizados justamente por serem destinados ao número de maior peso no déficit habitacional, que é a população de menor poder aquisitivo, e este fato determina a qualidade do produto final. A viabilidade do MCMV se pauta em três elementos: fundação de baixo custo, acessibilidade e o mínimo de terraplanagem. A terra para essa Faixa tem que ser a de menor valor, caso contrário o empreendimento não é viável, pois não gera lucro. Essa é a questão que explica a localização e as características dos empreendimentos da Faixa 1, situação que acarreta uma série de conflitos sociais. Oliveira (2016), ao desenvolver sua pesquisa sobre o PMCMV na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta essa

realidade de conflitos em consequência da localização com o parecer de uma das empresas responsável pela execução do programa:

No contexto da RMRJ, o PMCMV, sobretudo os investimentos da Faixa 1, vêm sendo noticiados por problemas que relacionam desde questões elementares em erros de projeto até a violência a partir da tomada destes conjuntos por facções criminosas ou pelas “milícias”, que acabam expulsando moradores ou obrigando-os a pagarem por serviços como a venda de “gatonet”, gás de cozinha e “proteção”. Quando instados a responderem sobre o cotidiano dos problemas vivenciados por moradores nos conjuntos do PMCMV, os entrevistados recorrem à alegação de que estes problemas, em sua maioria, são decorrentes dos vícios provocados pelo mau uso, pois não existe um preparo prévio da população que irá ocupar as unidades habitacionais no tocante às formas mais adequadas de uso e vivência desses espaços, criando-se, assim, formas equivocadas de utilização dos mesmos e conflitos de vizinhança, caracterizando-os como problema associados a questões sociais que escapam da competência das construtoras. Sobre as questões que cercam a acessibilidade e os espaços de materialização dos conjuntos, principalmente os da Faixa 1, o discurso empresarial, mais uma vez, elabora críticas ao poder público, pois alega que os valores de repasses estão aquém das necessidades e exigências do programa, permitindo realizar apenas o que está previsto por Lei. A estruturação dos conjuntos e suas formas construtivas se apresentariam como reflexos dos baixos valores repassados para as construtoras. Portanto, os modelos construtivos rígidos e a padronização das tipologias habitacionais, que, em alguns casos, se diferenciam apenas nas cores externas dos blocos, seria a única forma de atender o programa. Apesar das enfáticas críticas aos valores repassados pelo programa, o representante da Emccamp Residencial, maior produtora de unidades da Faixa 1 na RMRJ, afirma que a empresa vem se especializando na produção de unidades voltadas para habitação popular pelo fato de que esta é uma faixa que lhe dá segurança na certeza do retorno dos investimentos. (OLIVEIRA, 2017, p. 350 - 351)

Os problemas relacionados à habitação no Brasil são antigos, mas nunca tiveram tratamento político efetivo; a política habitacional nunca encontrou espaço adequado na agenda pública para a continuidade das ações realizadas nos diferentes governos. Logo, se pode observar a incapacidade e a indisponibilidade de atender as demandas da população de baixa renda.

Na execução dos programas de financiamento da habitação, é o grande capital imobiliário que tem se apropriado da maior fatia dos recursos do fundo público:

Assistimos, desde os anos 1990, ao crescente poder dos agentes financeiros em pautarem e controlarem as condições de vida em nossas cidades, em particular as condições de acesso à moradia e serviços públicos. Se na década de 1990, a tônica foram as políticas de privatização desses serviços alterando a distribuição do fundo público em favor das grandes corporações internacionais, na década seguinte, o grande capital imobiliário, agora “financeirizado”, assumiu lugar privilegiado na disputa pelo fundo público. A habitação tornou-se “fator macroeconômico estratégico, motor do desenvolvimento econômico e importante ativador do capital financeiro”. (FLORES, 2004). Como consequência, grandes conjuntos habitacionais populares são produzidos nas periferias das grandes cidades contando com

vultosos recursos públicos, ao passo que as áreas centrais tornam-se objeto de requalificação e valorização imobiliária por meio de parcerias público-privadas legitimadoras das políticas de remoção dos setores populares de suas áreas de residência. (LAGO, 2016, p. 142)

2.3 Estado e limites do poder político na atualidade

Ao debater a questão do Estado, não é nenhuma novidade nos depararmos com a crítica à gestão burguesa que, em todas as épocas do desenvolvimento do sistema capitalista, sempre esteve por trás de suas ações. De acordo com Dowbor (2016), é preciso analisar a realidade com um novo olhar para que possamos perceber o aprofundamento organizacional dos grupos econômicos privados nos processos de decisão política atual. Essa realidade não é particularidade de um determinado país, mas, é universal. As corporações com potência mundial vêm tendo voz de decisão nas ações governamentais no sentido de forçar acordos que privilegiam seus interesses econômicos.

Não é nova a ruptura destas fronteiras, a penetração dos interesses de grupos econômicos privados na esfera pública. O que é novo, é a escala, a profundidade e o grau de organização do processo. O que já foram deformações fragmentadas, penetrações pontuais através de lobbies, de corrupção e de “portas – giratórias” entre o setor privado e o setor público se avolumaram, e por osmose estão se transformando em poder político articulado em que o interesse público é que aflora apenas por momentos e segundo esforços prodigiosos de manifestação populares, de frágeis artigos na mídia alternativa, de um ou outro político independente. O poder corporativo se tornou sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expressão e exercício de poder, e gerando uma nova dinâmica, ou uma nova arquitetura do poder realmente existente. (DOWBOR, 2016, p. 01)

Essa identificação pode ser observada, por exemplo, pelo fato das campanhas políticas serem financiadas pelos lobbies constituídos pelos monopólios. Como já mencionado, essa ligação indissociável entre o político e o econômico não é nova, mas é nos anos 1990 que esse jogo ganha espaço com a legalização do financiamento empresarial das campanhas políticas.

No Brasil a lei promulgada em 1997 autorizou as empresas a financiar candidatos, com impactos desastrosos em particular no comportamento de parlamentares, que passaram a formar bancadas corporativas. Em 2010, os Estados Unidos seguiram o mesmo caminho, levando a que hoje os americanos comentem que “temos o melhor congresso que o dinheiro pode comprar”. No Brasil finalmente o STF decretou a ilegalidade da prática, a valer a partir das próximas eleições. Mas, em 2015, ainda temos uma bancada ruralista, além da grande mídia, das empreiteiras, dos bancos, das montadoras, e contam-se nos dedos os representantes do cidadão. (DOWBOR, 2016, p. 01)

Apesar do decreto de ilegalidade dessa prática de financiamento, sabe-se que ela jamais terá fim, pois, os capitalistas sempre têm um representante de sua confiança infiltrado nos espaços governamentais. Logo, não há lei que barre seus interesses, o poder judiciário, atualmente, é um setor claramente cooptado para atender interesses de grupos econômicos.

Uma forma particularmente perniciosa de captura do judiciário se deu através dos acordos ditos “*settlements*”, acordos pelos quais as corporações pagam uma multa, mas, não precisam reconhecer a culpa, evitando assim, que os administradores corporativos e financiadores fiquem tranquilos em termos de eventuais condenações. (DOWBOR, 2016, p. 02)

De maneira enganosa, a penalização por cobrança de multas, que às vezes é divulgada na mídia, deixa entender que o poder judiciário está cumprindo com suas devidas obrigações, dando credibilidade a esse órgão. E, assim, passa despercebido que o valor da multa que, aos olhos do senso comum parece ser expressivo, às vezes tem, de fato, um valor considerável, mas, com certeza, não chega perto do valor lucrado com as práticas fraudulentas. Assim, chegamos ao passo que grandes empresas compram a lei para transitarem na ilegalidade sem grandes impasses.

Mas fraudar a lei não é o bastante. Esses grupos corporativos querem implementar suas leis tanto no âmbito nacional como mundial e não economizam esforços para conseguirem o que querem. Para tanto, vender a imagem de excelência, de superpotência é fundamental; ter o controle dos meios de comunicação nesse caso se torna essencial, pois o trânsito de informações é pesado e nada deve vasar, enquanto eles tudo precisam saber. Nesse sentido, trabalha-se intensamente na manipulação de informações à população. Por exemplo, Dowbor (2016) cita *o alcance planetário dos meios de comunicação de massa e a expansão de gigantes corporativos de produção de consensos que permitiram que atrasasse em décadas a compreensão popular do vínculo entre o fumo e o câncer, que se travasse nos Estados Unidos a expansão do sistema público de saúde (...)*.

A mídia é o grande instrumento manipulador da população, através do qual a ideologia liberal é injetada o tempo todo naquele que se coloca em frente ao televisor. Praticamente não há opção de escolha entre o que escutar ou assistir como alternativa aos conteúdos de informação entre as emissoras com elevada audiência popular. Todas estão alinhadas em exaltar as grandes empresas privadas com incentivo ao consumo por meio dos comerciais e campanhas publicitárias. De outro lado, através dos telejornais, não se

limitam em satanizar o Estado, colocando a própria versão do caos social como sendo responsabilidade única do governo, sem provocar um pensamento, uma leitura crítica sobre as causas reais da barbárie que está em curso na sociedade.

O discurso traçado indica uma limitação do Estado, o que não significa ser um objeto manipulado pela classe dirigente. Kurz (2016) problematiza a sua capacidade de regular a economia empresarial globalizada que traz com o seu desenvolvimento o desmonte do Estado social, nessa condição lhe apenas a tentativa de administrar as questões emergenciais. Nessa linha, dá-se uma nova configuração da pobreza, quando a massa de desempregados se excede e os serviços de proteção social são gradativamente cortados deixando uma legião de pessoas, sem lugar, sem trabalho, sem o mínimo de acessibilidade à vida.

Não se trata, porém, apenas da desmontagem das capacidades de produção não rentáveis mas, na senda desta tendência negativa, também o Estado se transforma cada vez mais numa simples administração do estado de emergência, porque já não consegue regular a economia empresarial globalizada e porque lhe estão a faltar as receitas. Há um consenso neoliberal suprapartidário em quase todos os países, que executa e legitima ideologicamente a crise do sistema, apenas e só contra os seres humanos. Agora se vê que as "aquisições civilizatórias" do período do pós-guerra não são autossustentáveis, mas tinham que ser alimentadas com uma valorização conseguida do "trabalho abstrato". Na mesma medida em que este regride, também a civilização social é obrigada a recuar. É precisamente sob as condições do desemprego de massas e da nova pobreza que o Estado social é desmontado e abandona os seus filhos. Estruturas inteiras definham e são reduzidas a poucas "regiões metropolitanas". O Estado desfaz-se dos serviços públicos, como um nobre arruinado se desfaz das pratas da casa. A privatização significa em regra redução à capacidade de pagamento privada e portanto o fim das estruturas universais. [...] . Agora diz-se de novo e sem qualquer cerimónia: tens de morrer mais cedo porque és pobre. Na maior parte dos casos são as camadas inferiores da pirâmide social as mais duramente atingidas pelas restrições financeiras nos serviços públicos, como é o caso das instituições de trabalho social, de prestação de cuidados aos deficientes, aos sem abrigo e aos idosos, porque dispõem dos lobbies mais fracos. (s.p.)

Mas são dessas camadas inferiores da pirâmide social que pode ganhar vulto uma resistência ao desmonte do Estado Social. É diante dessa possibilidade que os capitalistas tratam de controlar todas as fontes críticas do conhecimento com a finalidade de inibir qualquer organização contrária as reformas do Estado que lhes são favoráveis. Nesse sentido, o controle corporativo transita em todas as partes, das produções científicas até o último bebê que nasce. Tudo e todos nós somos monitorados o tempo todo:

Hoje o sangue da nossa vida trafega em meios magnéticos, deixando rastros de tudo que compramos ou lemos, da rede dos nossos amigos, os medicamentos que tomamos, o nosso nível de endividamento. As empresas têm acesso à gravidez de uma funcionária, através da compra de informações dos

laboratórios. A defesa dos grandes grupos é de informação sobre as pessoas é de que se tratam de informações “anonimizadas”, mas a realidade é que os cruzamentos dos rastros eletrônicos permitem individualizar perfeitamente as pessoas, influenciando em potencial perseguição política ou dificuldades no emprego. (DOWBOR, 2016, p. 04)

Logicamente que toda essa artimanha corporativista não busca apenas status políticos, mas, principalmente, a apropriação de seus resultados econômicos. Há uma extrema necessidade de colocar um indivíduo de plena confiança em cada instituição financeira para defender e controlar seus interesses privados. Assim, ter conhecimento tanto das questões internas e se possível das externas é essencial para melhor desempenho das fianças de um determinado grupo:

O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, um tipo de MIT da Europa, selecionou 43 mil grupos mundiais mais importantes e estudou em profundidade como se dá, através de participações cruzadas e de fusões interpresarias, o controle do conjunto. Chegou a uma cifra impressionante que mudou a visão de que temos do sistema econômico mundial: 737 grupos apenas controlam 80% do mundo corporativo, sendo que nestes um núcleo de 147 controla 40%. Estes últimos gigantes são essencialmente (75%) grupos financeiros. Ou seja, não precisam controlar diretamente o processo decisório, seguram o sistema, digamos assim, pelas partes delicadas, que é o acesso aos recursos. (DOWBOR, 2016, p. 05)

Dowbor (2016) apresenta dados da pesquisa de François Morin, que traz ao nosso conhecimento a dinâmica da dívida pública administrada pelos bancos privados, resultados que nos evidenciam cada vez mais nas mãos dos que transitam nas decisões mais importantes relacionadas principalmente à economia da nação.

JPMorgan Chase, Bank of American, Citigroup, HSBC, Deutsche Bank, Santander, Goldman Sachs e outros, com um banco de mais de 50 trilhões de dólares em 2012, quando o PIB mundial foi de 73 trilhões. A relação com os Estados é particularmente interessante, pois, a dívida pública mundial, de 49 trilhões, está no mesmo nível que o faturamento dos 28 grupos financeiros que Morin analisa, também da ordem de 50 trilhões. Os Estados, fruto do endividamento público com gigantes privados, viram reféns e tornam-se incapazes de regular este sistema financeiro em favor dos interesses da sociedade. (p. 05)

A dívida pública, nesse ponto irreversível, deixa o Estado à deriva dos mecanismos do controle corporativo, ficam com espaço para negociarem e até determinarem a ocupação de cadeiras em cargos estratégicos, adentrando-se dessa forma na estrutura do poder. A mídia apresenta, a tempo todo, os presidentes dos diversos países e o peso da representação desses enquanto chefes de Estado, mas não nos apresenta os presidentes dos grandes bancos, sendo que alguns deles têm praticamente a mesma representatividade de chefe de Estado. Nele se concentram instrumentos capazes de fazer

o dinheiro circular como passe de mágica, os paraísos fiscais, que é o nome dado ao campo de atuação desse espetáculo mágico feito com dinheiro que nasce e renasce com títulos diferentes constantemente.

O retrato que essa moldura sustenta é de um Estado falido às demandas sociais. Um Estado que não compreende a pobreza como uma violação de direitos, fazendo-se totalmente contrário a essa lógica, quando toma uma postura de discriminação com população empobrecida, com enfrentamento armado e repressivo.

Há um julgamento extremo da massa desempregada nas sociedades capitalistas, uma vez que ela não é mais funcional ao sistema de produção. Nesse sistema, o Estado é um integrante essencial à garantia da produção e reprodução de valor, a exemplo das suas intervenções realizadas nos anos 1930. Até a década de 1970, alguns países, como o Brasil, acreditavam ainda na possibilidade da política de “bem-estar social” ser uma saída para superação da crise capitalista. Todavia o excedente de desempregados foi se multiplicando ao longo dos anos e chegou ao ponto de a ideologia de Keynes não poder mais dar suporte ao “Estado de bem-estar social”. Por exemplo, no Brasil.

No início dos anos 1970, autores em diferentes pontos do planeta começaram a perceber que mudanças na acumulação estavam gerando graves problemas para a legitimação do sistema. O crescimento exponencial de trabalhadores sem chances de ser explorados impelia o Estado a assumir novas tarefas e rearticular suas funções. [...] Em 1969, o argentino Jose Nun (2001) chamou de 'massa marginal' à “parte a-funcional ou disfuncional da superpopulação relativa” (p. 28). Nun se opunha a uma leitura dogmática da obra do Marx segundo a qual sempre a superpopulação relativa teria funções políticas e econômicas que a tornariam exército industrial de reserva. Segundo o autor, já estava presente na formulação categorial de Marx a existência de uma 'massa marginal', isto é, parte da população que já não seria incorporada produtivamente. A categoria de massa marginal implicava para Nun “uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera esse excedente e, pelo outro, não precisa dele para continuar funcionando” (p. 97). [...] . A partir da existência dessa massa marginal, Nun identificava a “necessidade de neutralizar os excedentes de população”. Caso contrário, corria-se o risco de que se tornassem “disfuncionais sendo não incorporáveis nas formas produtivas hegemônicas”. Em outros termos, requeria-se naquele momento uma “verdadeira gestão política desses excedentes”, pôr em andamento “mecanismos de a-funcionalização dos excedentes” (BLANK, 2014, p. 05- 06)

Na perspectiva da valorização do valor, os trabalhadores já são analisados como inúteis, para os quais não vale a pena qualquer tipo de investimento, são descartáveis, indesejáveis ao sistema vigente. Nesse sentido, para beneficiar o desenvolvimento da economia, os direitos sociais e humanos são banalizados, as leis já não são confiáveis, porque a ilegalidade reina no mercado com pleno apoio judicial. Para tanto, as atividades estatais dão os subsídios necessários aos processos de acumulação e de autonomização

dos processos de valorização. Porém, esse foco na valorização do valor cria amarras tanto para Estado quanto para o próprio capital.

Esse vínculo orgânico entre o Estado e a forma-valor parece-nos o caminho mais fecundo para compreendermos as funções e as contradições do Estado. É esse vínculo a fonte das funções do Estado que precedem logicamente às demandas formuladas explicitamente no embate político. E é esse vínculo que explica logicamente o caráter burguês do Estado. As funções estatais de *acumulação, legitimação e repressão* constituem uma unidade que concretiza em cada momento histórico a tentativa geral de estabelecer e universalizar a forma-mercadoria, que concretiza o vínculo orgânico entre Estado e valor. A mudança permanente nos mecanismos de acumulação do capital vai criando exigências e obstáculos ao Estado também em metamorfose permanente. (BLANK, 2014, p. 04)

As demandas de responsabilidade do Estado são intensificadas de acordo com as alterações no processo de acumulação capitalista. Há uma devida obediência no modo de recepcionar e despachar tais demandas segundo a ordem vigente, situação ocorrente devido à dependência de financiamento que o capital garante ao Estado. Desse modo, o Estado pouco se importa com o seu papel fundamental que seria a garantia da reprodução da vida humana, um dever que se tornou ilusório, posto que o Estado está limitado às demandas sociais.

As novas formas de acumulação e os seus impactos sociais e ambientais significam um crescimento constante de demandas ao Estado. Enquanto as demandas ao Estado não param de crescer, esgota-se pela própria crise de produção de valor a fonte de financiamento de suas atividades (cf. as elaborações de Kurz, Jappe, Menegat). O esgotamento da “substância” do valor, o “trabalho abstrato”, tende a provocar a crise do Estado que se manifesta na incapacidade de sua legitimação. Isso não significa a paralisia do Estado. Ao contrário, explica as suas mudanças. Por um lado, o Estado nunca deixa de depender da acumulação de capital para garantir o seu financiamento e por isso não pode deixar de se envolver ou tentar garantir a reprodução desses novos mecanismos de acumulação. Mas, por outro lado, se essa acumulação não gera imediatamente legitimação, novos mecanismos de legitimação devem ser criados. (BLANK, 2014, p. 09)

A luta do capitalismo é altamente corrosiva a ele próprio; quanto mais ele se esforça por se autogerir, mais ele se depreda, e a tentativa de eliminar “os não rentáveis” para a sua lógica de acumulação, exigindo do estado cortes em programas e políticas sociais, é também ineficiente. Dessa situação, temos a banalização do Estado de direitos e o exercício do Estado de Exceção. Não é levada em conta uma questão de tamanho peso como o empobrecimento da população, que pode trazer consequências irreparáveis:

Uma tendência em curso é liquidar o nível civilizatório das massas humanas já não rentáveis. Mas é uma tendência que esbarra em limites sistêmicos. É necessário certo grau de coesão social, de nexos, mesmo se este deve ser criado violentamente. Os custos poupados com a liquidação dos programas sociais e

da infraestrutura voltam como custos de segurança, além de gerar a ameaça de revoltas ou violência generalizada. E certo nível de infraestrutura é necessário para manter em funcionamento a acumulação de capital. (BLANK, 2014, p. 11)

Logo, podemos dizer que não vivemos em tempos de avanços civilizatórios. Pelo contrário, vivemos um cenário de tendências de regressão à barbárie. O Estado contraditoriamente tenta administrar essa situação elevando seu potencial de repressão contra as massas “não rentáveis”.

2.4 Direito à cidade

A questão da moradia é um problema social que sempre atingiu de forma bastante semelhante as classes sociais oprimidas em todos os tempos. O processo de industrialização, como já foi mencionado, contribuiu para o agravamento da escassez da moradia, visto que os centros industriais passaram a atrair migrantes, principalmente os trabalhadores rurais que também começaram a sofrer os rebatimentos da expansão do capital no campo. Essa nova massa que chega na cidade improvisa moradias em áreas desprezadas pelo comércio imobiliário.

Migração e condições subumanas de moradia não se encontram diretamente relacionadas. Não é o fato de ser migrante que leva o indivíduo a ser morador de uma invasão ou favela. Mas, sim, o seu empobrecimento crescente, em decorrência de uma situação econômica que, a cada dia, deteriora seu poder aquisitivo (GONÇALVES, 1998, p. 74)

Ao estudar o histórico das cidades brasileiras, observamos que elas são edificadas sobre a base de um planejamento urbano segregacionista, que dá margem para especulação e expansão dos interesses econômicos, colocando em questão a função social da terra. Sabemos também, que é o Estado o principal responsável pelo zoneamento do espaço urbano e instalação de equipamentos e serviços públicos; logo ele deveria assegurar a função social da terra e garantir a todos acesso ao solo urbanizado. Mas não é a realidade que temos:

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas de empresas deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as

demandas que se dirigiam a mesma zona quando está ainda não dispunha de serviço. Daí a valorização do solo nessa zona em relação às demais (GONÇALVES, 1998, p. 34)

Se passarmos pela trajetória da política habitacional brasileira, vamos nos deparar com ações pontuais por parte da gestão pública, que na verdade sempre teve como pano de fundo a manutenção da ordem vigente.

A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, um subsídio expressivo para a questão da moradia, não resolve a problemática, pois seus condomínios, em grande maioria, são construídos nas franjas das cidades com a ausência de um sistema de transporte adequado além dos demais elementos que contemplam as condições de habitabilidade do solo urbano. Temos, assim, uma máquina governamental de construir moradias, mas moradias de má qualidade e em localidades distantes da área urbana; um transtorno para os trabalhadores que chegam a ser expulsos até mesmo das favelas devido ao processo de capitalização. Trata-se de um meio de especulação imobiliária, no qual, à medida que os serviços urbanos vão chegando às periferias, o valor da terra vai se elevando. Esse foi um dos questionamentos que levou o Movimento Passe Livre às ruas e cantar o Hino à Rua, cantar o direito à moradia, como parte do direito à cidade:

Rua: Segundo lar/ Primeiro campo de futebol/ Te querem apenas caminho pra quem te depreda com fumaça preta/ Te querem assunto de urbanistas, engenheiros/ criminologistas/ Eu te quero assunto de poetas/ De amantes e de povos rebelados/ Te quero dos que te construíram e que hoje não te podem desfrutar/ Porque foram descartados, porque foram despejados/ Toda ocupação que resiste no centro da cidade tem um pouco de quilombo/ Ameaça ao latifúndio urbano/ Monocultura cinza movida a petróleo e suor/ O suor de quem vem nos trens lotados/ Todo busão que vem cheio das quebradas, que vem cheio de catracas tem um pouco de navio negreiro/ Transporte desumano de carne humana/ Pra ser moída e desossada no trabalho/ Rua, você é de todos/ Que fora do trabalho são suspeitos/ De roubar, de depredar, de discordar/ Ou de não contribuir pro crescimento do Produto Interno Bruto/ Quem veste um capuz e extermina na favela é um pouco capitão-do-mato. (Hino à Rua - Baderna Midiática)

Apesar da jornada de 2013 ter sido de grande expressão, ela não se sustentou por muito tempo; ousaríamos dizer que faltou um objetivo unificado para a grande massa que se dispôs a lutar por seus direitos. Prontidão que se “armou” ao se deparar com os grandes projetos arquitetônicos padrão FIFA para Copa do Mundo de 2014, que se choca com o padrão de vida da sociedade brasileira. Tal situação despertou a indignação da população que sofre no cotidiano a precariedade dos serviços e equipamentos urbanos. Uma legião se pôs a gritar o despertar da nação: O GIGANTE ACORDOU..., cartazes “desfilaram”

pelas ruas exigindo a garantia de seus direitos como o transporte, saúde e educação com padrão FIFA.

As mobilizações manifestam uma dada percepção de que a cidade, que é construída pelos seus habitantes, perdeu sua função social. Este é o caso dos movimentos sociais que se organizam para ocupar os ociosos da cidade; como faz o MTST, que resiste fortemente à produção capitalista da cidade que afeta a vida das classes populares. Constantemente, o MTST é despejado de áreas públicas ociosas, em contrapartida nada é feito com as ocupações de empresários que constroem edificações comerciais em áreas de igual condição. A jornada de Junho/2013 cantou:

Por isso hoje eu vim pra rua/13 de junho de 2013, noite fria/ Ocupamos a rua para devolver o que é dela de direito/ O lugar da assembleia mais legítima/ Na televisão 5 mil vândalos sem causa interrompem o trânsito/ Nas ruas 15, 20 ou 30 mil lutavam por uma vida sem catracas/ Nos chamavam? Loucos? Como chamavam os balaços que encaravam o poder de peito aberto em um país construído sobre corpos, assentado sobre o sangue/ Dos explorados/ Nos chamavam? Criminosos violentos? Como chamam violento ao rio que tudo arrasta/ Mas não as margens que o oprimem/ Criminosos também eram chamados os ludistas panteras negras, zapatistas, feministas milicianos da Espanha, guerrilheiros da América Latina insurretos de Istambul, do Cairo e de Atenas de Buenos Aires, de Paris, de Cochabamba de Pequim, de Porto Príncipe, de Gaza de Londres, de Soweto, de Lisboa/ Trabalhadores anarquistas da Itália ou de São Paulo quilombolas da Jamaica ou da Bahia rebeldes e poetas de todas as periferias Loucos, criminosos, estudantes/ Nos querem dentro de hospícios, de cadeias, de escolas/ Longe das ruas/ Querem as grades, os muros, as cercas, as catracas/ Uma cidade em que circulam carros, mas onde as pessoas/ São confinadas [...] Jornalistas, doutores, políticos não podem entender/Que democracia é muito mais que apertar um botão de vez em quando/ Que estamos dispostos a fazer a nossa história mesmo nas piores condições/ Que não temos ilusões, nem vivemos fantasias/ Somos aqueles que se movem/ E por isso sentimos o peso das correntes que nos prendem/ Eles podem, mas, não querem entender/ Que já sabemos que o Estado e o capital são gêmeos siameses/ Vive brigando, mas partilham o mesmo sangue e o mesmo coração/ Nasceram juntos e juntos vão morrer pelas mãos dos explorados. (Hino à Rua - Baderna Midiática)

Conforme Harvey (2013), as lutas dos movimentos sociais pelo direito à cidade devem voltar-se para o controle sobre as formas de produção das mercadorias e a utilização dos lucros, pois “o capital financeiro é a escala em que ocorrem hoje os processos de urbanização”. O autor tem clareza sobre a dificuldade da sociedade urbana de se organizar para fazer esse tipo de controle, mas chama a atenção para o fato de que as crises eclodem repetidas vezes em torno da urbanização, e a metrópole é hoje um ponto de confronto – ousaríamos chamar de luta de classe? – a respeito da acumulação de capital pela desapropriação dos menos favorecidos e do tipo de desenvolvimento que procura colonizar os espaços para os ricos.

CAPÍTULO 3

MASSAS PERIFÉRICAS

3.1 Periferia e massas excedentes

Conforme Souza (2016), a desigualdade socioespacial *é a face mais cruel do processo contemporâneo de urbanização capitalista. É a manifestação da desigualdade entre a produção social do espaço e sua apropriação privada.* Marildo Menegat problematiza essa segregação com a mesma perspectiva:

A segregação dos territórios sempre foi uma heterotopia perseguida pelas sociedades de classe. Em diversos lugares e circunstâncias frequentemente se realiza, como nos bairros nobres das grandes cidades do ocidente. Nas metrópoles dos países periféricos, esta segregação é uma estratégia tanto de frieza social requerida para a naturalização da relação violenta com as classes subalternas, como de garantia do usufruto dos bens provenientes da superexploração que caracteriza estas sociedades dentro do regime de concorrência mundial. Faz parte, portanto, de uma economia básica de distribuição dos espaços que implica na construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade. (MENEGAT, 2012, p. 01)

De acordo com o autor, essa divisão desigual do espaço entre duas partes da sociedade legitima-se como se todos pudessem ter acesso aos lugares mais valorizados, desde que tenham o perfil moral exigido. O segmento social que não possui recursos financeiros fica segregado nas áreas menos valorizadas:

Assim, os muros da segregação vão desde os reais espaços de distinção em suas unidades urbanas, até os argumentos que procuram, sob ilusões construídas num universo comum de valores, fundamentar a separação como destino não compartilhado produzido pelo acaso de escolhas individuais equivocadas. Eles são o resultado necessário da lógica em que são postas estas sociedades. (MENEGAT, 2012, p. 02)

Nessa lógica de apropriação do espaço, é gigantesca a parte que fica marginalizada territorialmente que, além da pobreza, sofre com o julgamento social, com juízos de valores, são rotulados como incapazes, vagabundos e vistos como sujeitos que oferecem risco social. Essa divisão desigual do espaço tem aumentado nas últimas décadas, colocando a pobreza urbana em uma situação limite.

A concentração da população pobre em favelas tem por consequência uma múltipla deflagração de problemas sociais que recebem enfrentamentos violentos por parte do poder público. A postura do Estado diante da questão está mais voltada em traçar

estratégias de controle social com elevadas doses de repressão do que resolver as demandas sociais.

Analistas consideram que a pobreza urbana é o problema mais importante e politicamente mais explosivo do século XXI. Também os militares preveem que as favelas serão o principal palco dos enfrentamentos militares (DAVIS, 2004). As máquinas de guerra estatais – onde a atuação das forças armadas e das polícias tende a se confundir cada vez mais – apontam suas armas contra a população pobre das cidades. (BECHER e VILLAR, 2013, p. 96)

A favela vem se transformando em um campo de guerra, onde todo morador do morro, em especial os “meninos negros”, são classificados como inimigos internos. Eles ganham tal rótulo por integrarem a denominada população economicamente ativa, mas permanecerem desocupados pelos becos, muitas vezes encontrando no tráfico a única opção, mas, muitas vezes, simplesmente desocupados.

Trava-se, então, nas periferias, uma luta não só pela superação da fome, do frio, da sede e demais misérias materiais; a luta é pelo direito de viver. A criminalização, o encarceramento e o extermínio são parte do tratamento conferido aos moradores das favelas pelo Estado de exceção. Tem se tornado cada vez mais comum nos noticiários de TV anunciar o extermínio de moradores dos bairros populares julgados, pela polícia, como bandidos, como criminosos:

O totalitarismo da mercadoria quer destruir tudo o que transborda dos estreitos limites de suas formas. Para Agamben, o totalitarismo pode ser definido como “a instauração, através do Estado de exceção, de uma guerra civil legal, que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que por qualquer razão resultam não integráveis no sistema político” (ZIBECHI, 2007, p. 183). Essas categorias são, principalmente, os habitantes dos bairros populares, aqueles setores que ficaram desconectados da economia formal, de modo permanente e estrutural (ZIBECHI, 2007, p. 183). Wallerstein assinala que nos subúrbios confluem algumas das mais importantes fraturas que atravessam o capitalismo: de raça, classe, etnia e gênero. São os territórios da despossessão quase absoluta (WALLERSTEIN apud ZIBECHI, 2007, p. 185). A crescente criminalização da pobreza é um fenômeno mundial. O número de presos cresceu em todos os países no curso dessas quatro “décadas de crise”. São mais de 10 milhões de presos em todo o mundo. Os Estados Unidos são o campeão em encarceramento, com mais de 2,2 milhões, seguidos da China, 1,6 milhão, Rússia 731 mil, e Brasil, 541 mil. Mas a prisão é apenas uma das formas de “contenção” dos seres humanos tornados “redundantes”. Em muitas regiões do mundo, já se passou mesmo para a “solução final” por meio do extermínio físico. Os números de mortos no Brasil são de um país que se encontra em guerra civil, a maioria negros, pobres, moradores de favelas e periferias (MENEGAT, 2012). Há tempos que a *guerra contra a pobreza* se tornou literalmente uma *guerra contra os pobres*. (BECHER e VILLAR, 2013, p. 96)

Diante de tal tratamento recebido pela população brasileira que vive nas favelas, não há como falar em Estado de Direito. O caminho que se faz é totalmente contrário a

qualquer noção de direito social. De acordo com Menegat (2012), *a conjuntura histórica recente tem apontado não apenas no Brasil, mas como uma tendência mundial, a efetivação da guerra como um acontecimento cotidiano. Ela tem invadido a vida de milhões de indivíduos em tempos de paz aparente destruindo não apenas seus bens materiais como também invalidando laços sociais (...).*

Uma parcela significativa da humanidade é massacrada em nome da valorização do capital. A massa de “desocupados”, o exército industrial de reserva se multiplicou exponencialmente, ao ponto de significarem uma estatística de rentabilidade negativa ao sistema de acumulação.

Um contingente de 61,3 milhões de brasileiros de 14 anos ou mais não trabalha nem procura ocupação - e, portanto, não entra nas estatísticas do desemprego. Trata-se de 38,5% da população considerada em idade de trabalhar pelo IBGE, ou o equivalente à soma do total de habitantes dos Estados de São Paulo e do Rio. Nos EUA, ainda se recuperando da crise, a taxa é similar, 37,4% - as metodologias, porém, não são as mesmas. Referente ao segundo trimestre de 2013, o dado brasileiro ajuda a ilustrar como, apesar das taxas historicamente baixas de desemprego, o mercado de trabalho mostra sinais de precariedade. Mesmo tirando da conta os menores de 18 e os maiores de 60 anos, são 29,8 milhões de pessoas fora da força de trabalho, seja porque desistiram de procurar emprego, seja porque nem tentaram, seja porque são amparados por benefícios sociais. Esse número supera o quádruplo dos 7,3 milhões de brasileiros oficialmente tidos como desempregados nas tabelas do IBGE - o que dá uma ideia de quanto o desemprego poderia crescer se mais pessoas decidissem ingressar no mercado e disputar vagas. Os dados sugerem que grande parte dos que estão fora da força de trabalho é dona de casa: 40,9 milhões são mulheres. Entre os desempregados, a proporção de mulheres é bem menor, de pouco mais da metade. O grau de instrução da maioria dos que não trabalham nem procuram emprego, previsivelmente, é baixo: 55,4% não chegaram a concluir o ensino fundamental. Mas uma parcela considerável, de quase um quarto do total, inclui os que contam com ensino médio completo ou mais escolaridade. Considerando toda a população em idade de trabalhar, de 159,1 milhões, as proporções dos grupos menos e mais escolarizados são semelhantes, na casa dos 40%. (FSP 18/01/2014)

Nessa linha, a disputa pelo lugar de morar sempre foi complexa e, atualmente, intensifica-se para a massa de desocupados. Mas, sendo o solo um bem não reprodutível e já altamente explorado, os capitalistas passam a lançar o olhar para as áreas da cidade ilegal formadas pela população parcialmente indesejável que já não pode mais morar nas favelas que alcançaram valorização, ficando literalmente sem lugar, sem trabalho, sem-teto, sem meios de viver.

Assim, formada por uma massa densa de trabalhadores pobres, desempregados e desocupados, os sem-teto são sujeitos que integram o espaço urbano e que lutam pela sobrevivência nessa sociedade desigual. A “cidade legal” é apropriada de forma desigual,

ficando as classes privilegiadas com a maior parte do território urbanizado, e a classe popular que é maior fica oprimida em pequenos fragmentos nas margens da “cidade legal”. Podemos contemplar esse raciocínio com os levantamentos da FJP – Fundação João Pinheiro, de 2007 e 2008:

São (6.273.000) seis milhões duzentos e setenta e três mil famílias sem-teto, considerando que os sem-teto não são só as pessoas em situação de rua, mas também há os que trabalham informalmente e sem direitos assegurados. Destes 22 milhões de pessoas sem casa, 39% vivem em situação de coabitação familiar e 32% tem ônus excessivo com aluguel. Analisando pelo déficit habitacional qualitativo, ou seja, pessoas vivendo sem as condições básicas de vida digna são 53 milhões de pessoas, isto é, um terço da população brasileira sem acesso à infraestrutura e a serviços básicos. (BOULOS, 2012, p. 14 apud COTTA, 2016, p. 33)

Para uma ampla parcela da população urbana, não há outra saída senão ocupar os “vazios urbanos” e, assim, construir a sua cidade ilegalmente. Mas,

Nesta luta pelo espaço, podemos identificar os interesses dos grupos econômicos [...], ligados aos processos de acumulação urbana, as camadas médias e, defrontando-se com estes agentes, as camadas populares, que guardam na sua origem uma desigualdade oriunda da sua inserção no processo de produção e distribuição da riqueza social. Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano têm se materializado nos processos de favelização, encortamento e periferização, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transportes, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade. A desigualdade de condições urbanas de vida expressa-se ainda como desigualdade ambiental, se consideramos que estas populações tendem a localizar-se em áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação da água, do solo e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos). (CARDOSO, 2001, p. 03)

É necessário lembrar que esse processo de autoconstrução do lugar de morar da massa marginalizada não é algo novo, ganhou forma no final do século XIX, em decorrência da abolição da escravatura. Impedidos formalmente do acesso à terra, foi no subúrbio que o negro encontrou lugar para tentar sobreviver depois de um bruto e longo processo de exploração da sua força de trabalho que foi descartada sem qualquer seguro quando a escravidão deixou de ser funcional. A partir de então, a população passou a viver o mito da libertação, pois o ato de apropriar o negro para escravizá-lo foi abolido, mas a discriminação, não. O negro “livre” não encontrava quem o empregasse, e essa situação só se agravou com o processo imigratório, que passou a ter o imigrante europeu como concorrente forte na disputa pelo trabalho. Nesse momento, o negro começou a ser

julgado como incapaz de desenvolver atividades industriais, diferentes daquelas até então praticadas que exigiam força braçal.

O racismo foi fundamental para a estruturação da sociedade brasileira. A abolição eliminava o trabalho escravo, mas não eliminava o racismo das relações sociais inscritas na lógica do opressor. Durante o processo de industrialização e a chegada dos imigrantes no Brasil, inicia-se e fortalece-se o mito da incapacidade dos negros para qualquer trabalho que não fosse o braçal. E fortalecendo a lógica de superioridade através da cor da pele e da sua composição estética, constituindo assim uma desigualdade racial em que não apenas nega direito, mas também oportunidades, restando apenas para os novos libertos do Brasil a resistência, acompanhados de estratégias de sobrevivência e solidariedades muitas vezes presentes nas comunidades Quilombolas e nas periferias das cidades. (BALBINO e MENEGAT, 2015, p. 524)

Desde então, é crescente a população que vive na informalidade urbana, situação que é reforçada pelo alto valor da terra e de todas as manobras capitalistas em torno da lógica do lucrar. Logo, vê-se a banalização da dignidade humana, demarcada territorialmente com a precarização do lugar de viver da classe popular.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 5,6% dos domicílios brasileiros estavam situados em áreas de aglomerados subnormais, localizadas em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares. Um total de 11,4 milhões de pessoas (6% da população recenseada) morava nessas áreas. Os Estados do Pará (16,7%) e Amapá (16,2%) apresentaram as maiores proporções de pessoas residindo nessas localidades, seguidos do Rio de Janeiro (12,7%), Amazonas (11%) e Pernambuco (10%). (IBGE apud Silva, 2015, p. 377)

Maricato (2002), ao analisar a cidade ilegal, aponta que esse colapso urbano em que vivemos não acontece por falta de planejamento urbano e nos leva a entender que essa crise se dá justamente em consequência da existência de um planejamento que visa fundamentalmente os interesses capitalistas.

Segundo Villaça, entre 1875 e 1906, a elite brasileira tinha condições hegemônicas suficientes para debater abertamente um plano de obras urbanas a ser implantado. Esses planos se referiam especialmente ao *melhoramento* e ao *embelezamento* das cidades. As elites tinham um projeto urbano. Muitos deles foram executados por diversos e sucessivos governos, o que seria impensável atualmente, quando cada governo busca sua "marca" e ignora qualquer linha de continuidade, com exceção dos casos de eleição de sucessores indicados. Até mesmo nas décadas de 1930 e 1940, ainda é possível ver a implantação de planos de embelezamento, acompanhados da preocupação com a infraestrutura urbana, em especial, circulação e saneamento. Como lembra Villaça, *foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro* (p. 193). [...] O plano Pereira Passos de 1903, para a cidade do Rio de Janeiro, foi cumprido à risca. De acordo com Villaça, isso nunca mais viria acontecer. Os Planos Agache para o Rio e Prestes

Maia para São Paulo, em torno dos anos 1930, foram cumpridos, mas nada além da proposta viária. A partir de 1930, agora sob a hegemonia da burguesia urbana, a eficiência, a ciência e a técnica começam a substituir os conceitos de melhoramento e embelezamento. A cidade da produção precisa ser eficaz. (MARICATO, 2002, p. 137-138)

Nessa perspectiva, o controle sobre o uso e a ocupação do solo acontece apenas nas áreas de interesse do mercado imobiliário. As demais áreas ficam submetidas ao controle da população local que, com esforço brutal, ao longo de uma vida, constroem a cidade ilegal e, depois de edificada, não podem declarar vitória, já que vivem permanentemente o risco da expropriação pelo poder público subordinado aos interesses da valorização do capital imobiliário. A população das favelas e periferias convive, atualmente, com o aumento da violência e da criminalização da pobreza assentada sobre os diversos tipos de preconceito: social, econômico, racial, territorial que penalizam a massa de desocupados na periferia, em geral, associados ao crime, tornando-se alvo de massacre pelas formas do poder “legalmente” constituído.

Pode-se observar que as questões enfrentadas no cotidiano das periferias, hoje, são diferentes da realidade vivenciada há décadas. Os problemas como água potável, saneamento básico, pavimento e energia elétrica, ainda existem em algumas comunidades, mas, já não são estes os vilões da trama da periferia. Estes serviços, entre outros modernos como a internet e TV a cabo, são acessados clandestinamente. Estes são uns dos mais tímidos reflexos da crise financeira global; o desdobramento dessa trama rebate-se sobre a população periférica, principalmente pela atual forma de valorização do capital potencializada pela inovação das tecnologias que descartam o uso da força de trabalho na produção industrial e no setor de serviços.

Nessa época de crise aguda, a hipertrofia do setor bancário produziu o capital fictício que vai demandar um nova forma de organização de sua própria produção, o que coloca em declínio o padrão tradicional de trabalho e sucessivamente amplia-se a taxa de desemprego e a redução dos salários:

O “novo modo de ser” da riqueza contemporânea não se deve a uma guinada antiprodutiva do capital, mas é o único meio que lhe resta para tentar retomar o controle sobre um trabalho cujas dimensões produtivas independem, cada vez mais, de sua submissão ao capital produtivo e a seu chão fabril. No pós-fordismo, é a essência do capital que é “fictícia” (parasitária) e, portanto, não tem mais condições de ser “real”. É por isso que os investimentos financeiros não acompanham mais [...] os diferentes níveis de composição orgânica do capital, aponta Marazzi. Não é apenas o capital “fictício” que é improdutivo, mas o capital em geral que é cada vez menos capaz de ser “real”, ou seja, cada vez menos capaz de se pôr como condição necessária das combinações produtivas. (COCCO, 2007, p. 284)

As transformações no *mundo do trabalho* estão constituindo o denominado desemprego estrutural, em contradição com uma produtividade ampliada das mercadorias. Não é novidade que esse aumento da produção padronizada com uma expressiva redução do tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria acontece devido à inovação tecnológica que expulsa cada vez mais o trabalho humano do meio de produção, e, sem trabalho, não há salário, reduzindo, assim, as possibilidades de consumo.

Não há freios para os investimentos em inovações tecnológicas. A quarta revolução industrial aponta uma inibição de qualquer expectativa de melhorias para superar o desemprego de vasta massa de desempregados.

Segúnlos más ricos y poderosos del planeta, la cuarta revolución industrial ya está en marcha y es resultado de la convergencia de robótica, nanotecnología, biotecnología, tecnologías de información y comunicación, inteligencia artificial y otras. El Foro Económico Mundial, que reúne cada año en Davos a las mayores empresas del planeta, produjo en 2016 un informe donde afirma que con la “tormenta perfecta” de cambios tecnológicos junto a lo que llamana sépticamente “factores socio-económicos”, al 2020 se perderán 5 millones de empleos, incluso contando los nuevos que se crearán por las mismas razones. Si ellos hablan de una pérdida de 5 millones de empleos, seguramente serán muchos más. [...]. Nombran entre las diez tecnologías claves y más disruptivas - laingeniería de sistemas metabólicos para producir sustancias industriales (léase biología sintética para remplazar combustibles, plásticos, fragancias, saborizantes, principios activos farmacéuticos derivados de conocimiento indígena); el internet de las nano-cosas (además de usar internet para producción industrial, agrícola, etc. (RIBEIRO, 2016, in ><http://www.alainet.org/es/articulo/181334>)

Todo o investimento feito em pesquisas volta-se para o aumento da produtividade do trabalho em um tempo cada vez menor e não para melhorar a qualidade de vida da população. Os efeitos são contrários, uma vez que a força de trabalho é cada vez mais descartada na medida em que os avanços científicos e técnicos penetram na organização do trabalho. Esse processo de precarização do trabalho cada vez mais sistematizado causa impactos diretos na condição de vida material de grande parte da população. Na faceta desse mundo modernizado, é possível desvelar um profundo retrocesso social.

O trabalho é a força matriz dos processos de valorização e de acumulação capitalista. É através da exploração da força de trabalho que se obtém valor. É a lei do valor que regula todos os processos do mercado, e extrair o máximo de mais-valia de uma porção pequena de trabalho é norma fixa do capital.

As mudanças nas relações do trabalho que incluem a flexibilização, o trabalhador polivalente, o trabalho informal e uma série de reformas trabalhistas vem sucateando o trabalho:

O Brasil perdeu 1,51 milhão de empregos com carteira assinada em 2015, segundo dados do Ministério do Trabalho. É o pior resultado em 31 anos, desde 1985, quando o levantamento começou a ser feito. É, ainda, a primeira vez em 24 anos que o país registra corte de vagas com carteira assinada. Em 1992, haviam sido fechadas 738 mil postos de trabalho. Com isso, o Brasil terminou 2015 com um total de 48,061 milhões de empregos com carteira assinada abaixo de 2014 e de 2013. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (16) pelo ministério e fazem parte da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), um registro declarado anualmente por todas as empresas do país. O ministério também divulga regularmente dados de emprego do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). A pesquisa Rais, porém, é mais ampla, porque leva em conta mais categorias de trabalho, inclusive servidores públicos. Já o Caged calcula apenas o número de trabalhadores de empresas privadas. O Caged com números de 2015 foi divulgado no início deste ano e mostrou que o Brasil perdeu 1,5 milhão de vagas de trabalho com carteira assinada no ano passado, no pior resultado desde o início da pesquisa, em 1992.

Diante desse quadro de desemprego e desocupação que se traduz em falta de renda fixa, muitas famílias têm os meios de sobrevivência submetidos a programas sociais como: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida entre outros. Programas de governo que ficam sob ameaça de corte com mudanças de governo, crises políticas e econômicas. Essa é o caso dos cortes realizados pelo atual governo de Michael Temer, efetivado pelos processos de impeachment livre de crime de responsabilidade. Várias propostas de reformas, inclusive trabalhistas, contrárias aos interesses dos trabalhadores, foram aprovadas nesse governo, indicando os passos ao retrocesso em relação aos direitos sociais que foram arduamente conquistados. Pois sua ideologia se volta a um ajuste fiscal estrutural, com a redução dos gastos sociais, privatizações mistas ou inteiras das empresas públicas, diversas reformas como a da presidência e a trabalhista, sem contar a repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Cabe registrar, ainda, que a coerência (incoerente) do FMI não deixaria de contemplar a proposta de imposição de um teto para gastos públicos, por 20 anos, contida na PEC 241 – na verdade, teto para os chamados gastos primários, pois os gastos com juros ficarão imunes ao congelamento. Chamada de “novo regime fiscal” visa reduzir despesa primária da União em percentual do PIB. Na prática, isso significa atrelar e limitar os gastos sociais à variação da inflação do ano anterior, independente do aumento da população e do nível de arrecadação. [...] Se o PIB do Brasil crescer nos próximos 20 anos no ritmo dos anos 80 e 90, os gastos públicos em relação ao PIB passariam de 40 para 25%. Esse patamar de gasto público é praticado, por exemplo, por Burkina Faso. Se crescer no nível das taxas mais altas dos anos 2000, o percentual seria de 19%, conforme praticado por Camarões. [...] O ministério de Desenvolvimento Social retirou o benefício de 1,1 milhão de beneficiários, em

nome de uma economia de R\$ 2,4 bilhão por ano. Desse montante, 469 mil beneficiários foram eliminados do Programa porque alcançaram R\$ 440 de renda per capita. O bolsa-família, importante lembrar, corresponde a cerca de 0,5% do PIB: em 2015, contou com não mais do que R\$ 27,5 bilhões de orçamento. (BRITO, 2016)

Essa movimentação política com base em reajustes dos programas sociais nada mais é do que uma estratégia que busca viabilizar o ritmo da acumulação do capital. O caminho que o sistema capitalista constrói, desde sua gênese, em nome de um desenvolvimento puramente econômico, vem disseminando horror na população pobre periférica. A questão é onde morar? Como viver? Quais são as saídas para enfrentar a crise que essa população encontra, uma vez que o Estado social se encontra falido.

Em entrevista à Revista Territórios Transversais – resistência urbana em movimento, Guilherme Boulos e Vítor Guimarães (2016), como representantes do MTST, apontam os caminhos que a esquerda vem construindo em resistência à crise. Boulos argumenta que, nas últimas duas décadas, a esquerda buscou ocupar espaço no meio político até chegar à Presidência da República. Mas essa conquista foi o limite, pois o sistema político se mostrou impermeável às grandes transformações. O militante afirma que é preciso avançar no sentido de transformações estruturais; que é preciso pautar o tema das reformas populares para que se possa alcançar caminhos que de fato levem aos objetivos almejados. Indaga ainda que é preciso fazer uma mobilização por fora do sistema político. A rua é o novo cenário para a esquerda fazer política, visto que os padrões tradicionais, institucionalizados, que acreditam apenas no Estado como criador de política são monótonos às demandas sociais. Nesse sentido, Boulos afirma que a esquerda precisa recuperar a capacidade de trabalho de base que teve nos anos 1980.

Guimarães (2016) considera que houve enfraquecimento da esquerda, justamente por essa ilusão de conquistar seus objetivos se introduzindo no Estado. O autor enfatiza que essa estratégia reduz a vida política às tramitações internalizadas nos gabinetes, um espaço estranho aos interesses dos trabalhadores, deixando a rua que fato deveria ser o chão político. Então, além das transformações efetivas pelo interior do Estado terem se mostrado impossíveis, a esquerda ainda teve como prejuízo o distanciamento das pessoas das periferias urbanas.

Boulos (2016) enfatiza que não negam o espaço eleitoral como disputa, mas, simplesmente, estão alertando que não deve ser esse o projeto de mudanças, pois a experiência não foi positiva. E, também, que não tem como negar os anos de crescimento na gestão do governo PT, fazendo uma observação: foi um crescimento que se deu

baseado em um pacto de ganha-ganha, onde se tinha como pressuposto a desmobilização das forças sociais.

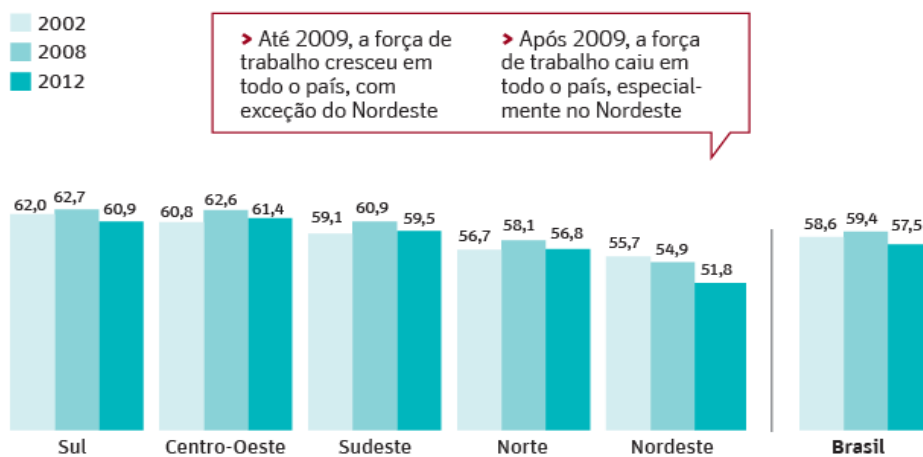
Nas últimas décadas, a tentativa de enfrentar o desmonte das políticas sociais se tornou um dos maiores desafios dos movimentos sociais. A mobilização das massas periféricas seria a substância ideal para o fortalecimento dos movimentos sociais, em especial os urbanos. Em 2013, tivemos grandes manifestações pelas ruas das cidades brasileiras, porém o maior número de pessoas que integrou o movimento era de classe média, e não os moradores que vivem nas periferias urbanas, que acessam diariamente serviços públicos precários e têm seus direitos negados.

Apesar de no período lulopetista (2002 e 2014) a renda média do trabalhador ter crescido 58%, não foi o bastante para significar mudanças estruturais na vida população de baixa renda. De fato, esse aumento apenas potencializou e facilitou o consumo de bens inacessíveis até então, tais como: aparelhos televisores modernos, computadores, internet, aparelhos telefônicos, automóveis e ainda ingresso na universidade. Essa possibilidade de ultrapassagem da fronteira sócio-cultural-econômica é causa de muita hostilidade da classe média/alta.

O governo Temer realiza medidas que prometem salvar a economia do país. Mas as tendências indicam claramente mudanças no mercado de trabalho no sentido de declínio do trabalho formal e redução salarial, deixando claro que o índice de desemprego e as condições de trabalho podem piorar muito mais. O gráfico abaixo demonstra a evolução da força de trabalho no país em um prazo curto de dez anos:

A EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM DEZ ANOS

População no mercado de trabalho, em % das pessoas com 10 anos ou mais



Fonte: Ipea, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE

Outros dados pesquisados pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) informam que cada um de cinco desempregados do mundo entre 2016 e 2017 será originado do Brasil. Acredita-se, assim, que, no curto prazo de um ano, setecentos mil brasileiros somaram o contingente de desempregados aproximadamente três milhões e meio de pessoas ao redor do planeta.

Em meio à crise econômica e à recessão, a sangria no mercado de trabalho do Brasil já foi sentida em 2015: nos 12 meses até novembro, foram perdidas cerca de 1,5 milhão de vagas formais no país. A China, que acaba de divulgar seu menor índice de crescimento em 25 anos, por exemplo, terão 800 mil desempregados a mais nos próximos dois anos. A desaceleração do país - que é um grande exportador e também grande comprador de matéria-prima, inclusive do Brasil - é um dos principais fatores por trás do recuo no emprego global, segundo a OIT. A entidade chama a atenção também para a possibilidade de uma acentuação do desemprego caso países emergentes adotem medidas de austeridade - pelos cálculos da OIT, isso poderia criar um contingente extra de 2 milhões de desempregados, inclusive no Brasil. [...] Para a OIT, o desemprego no Brasil será de 7,7% em 2016 e 7,6% em 2017 - índices abaixo da União Europeia (na casa de 9%), mas acima de China, Índia e Rússia. A média geral dos países emergentes ficará abaixo de 6% nas projeções da OIT. [...] A OIT vê um quadro de fraqueza estrutural em longo prazo e estima que, desde 2007, o número mundial de desempregados tenha crescido pelo menos em 27 milhões de pessoas, impulsionado pela grande crise financeira global de 2008-09. De acordo com a entidade, o número total de desempregados no mundo ultrapassará a marca de 200 milhões de pessoas até 2017.

As estimativas são desanimadoras e vêm se concretizando em um prazo muito menor do que se esperava. As tramitações estatais e empresariais se voltam a tempo todo à flexibilização das legislações trabalhistas, em nome de uma possível “*recuperação da sustentabilidade fiscal*”. Como se não bastasse, milhões de desempregados que até pouco tempo podiam ter certa tranquilidade e esperança de encontrar novo emprego, isso, com o auxílio do seguro desemprego. Mas agora todos os benefícios que o trabalho formal assegurava aos trabalhadores estão ameaçados pelas medidas de contrarreformas. E, contar com um novo trabalho, principalmente formal, passou a ser uma grande ilusão. Nessa perspectiva pode-se observar um linchamento estrutural da população periférica que não encontra lugar na esfera capitalista.

A (contra)reforma da Previdência que, a propósito, contém uma das medidas mais prejudiciais à organização da vida cotidiana de milhões de famílias, localizadas nos mais diversos lugares do território nacional: a desindexação da aposentadoria perante o salário mínimo. Com a desindexação almeja-se instaurar como meio exclusivo de atualização/correção dos valores da aposentadoria e demais benefícios a variação da inflação. Na prática, isso impede que aumento do salário mínimo reverbere-se como aumento da aposentadoria, fonte principal de renda de milhões de brasileiras e brasileiros.

E não para por aí: na proposta de (contra)reforma previdenciária consta a redução pela metade do valor das pensões, suplementando-os com 10% por dependente, tanto no âmbito público quanto privado, bem como a proibição da acumulação de aposentadoria e pensão. Ademais, eleva a idade mínima para 65 anos [...] e a estende também para mulheres, revelando um aceitável viés machista. [...]. Para se dimensionar o estrago, é importante considerar estimativas tais como: perda de recursos para a saúde pública na ordem de R\$ 434 bilhões; diminuição anual de cerca de R\$ 24 bilhões de investimentos na educação (e obstrução da vinculação obrigatória de receita de 18% da arrecadação); perda de R\$ 868 bilhões na assistência social; um salário mínimo de R\$ 400,00, caso a PEC estivesse em vigência desde 1998. Se o PIB do Brasil crescer nos próximos 20 anos no ritmo dos anos 80 e 90, os gastos públicos em relação ao PIB passariam de 40 para 25%. Esse patamar de gasto público é praticado, por exemplo, por Burkina Faso. Se crescer no nível das taxas mais altas dos anos 2000, o percentual seria de 19%, conforme praticado por Camarões. (BRITO, 2016, sp.)

Em vez de crescimento da economia, essas medidas de reajuste contribuem diretamente para elevar o número dos supérfluos ao sistema. Uma vez desempregados e sem qualquer auxílio de proteção social, a população empobrecida nas cidades só tende a se multiplicar no planeta, principalmente em países menos desenvolvidos.

Estudos realizados por Mike Davis, em 2003, já denunciavam o crescimento dessa população no globo e qual é o lugar destinado a ela, um lugar que não afete o espaço dos ricos; logo, temos o inchaço das favelas ano após ano. As políticas de ajuste neoliberal têm se tornado o determinante entre o viver e o morrer da massa supérflua das nações que tendem a lutar cada vez mais de forma individual pela sobrevivência. Essa busca pela sobrevivência deve ser precisamente o mais longe possível dos olhos dos ricos para que não haja o risco da constante remoção. Assim, torna-se cada vez mais comum para esses contingentes se alocarem em áreas isoladas, sem condições de habitabilidade como lixões, margens de vulcões e rios, debaixo das pontes, em áreas propícias a desastres socioambientais catastróficos.

De acordo com Davis (2006), esta situação se intensifica com o capitalismo neoliberal a partir dos anos 1970, e dados da UN-Habitat apontam onde se localizam os maiores percentuais de favelados do mundo:

Etiópia (espantosos 99,4% da população urbana), Tchade (também 99,4%), Afeganistão (98,5%) e Nepal (92%). Mumbai, com 10 a 12 milhões de invasores de terrenos e moradores de favelas, é a capital global dos favelados seguida por Cidade do México e Daca (9 a 10 milhões cada) e depois Lagos, Cairo, Karachi, Kinshasa-Brazzaville, São Paulo, Xangai e Délhi (6 a 8 milhões cada). As favelas cujo crescimento é mais rápido encontram-se na Federação Russa (principalmente nas antigas “cidades de empresas socialistas”, que dependiam de uma única fábrica fechada atualmente) e nas ex-repúblicas soviéticas, onde a decrepitude urbana vem brotando na mesma velocidade vertiginosa da desigualdade econômica e do desinvestimento municipal. Em 1993, o Programa de Indicadores Urbanos da ONU citou taxas

de pobreza de 80% ou mais tanto em Baku (Azerbaijão) quanto em Erevan (Armênia). Do mesmo modo, Ulaanbaatar (Mongólia) núcleo urbano de concreto e aço da época soviética, está hoje cercada por um mar de 500 mil ou mais ex-pastores empobrecidos que moram em tendas chamadas *guers*, e poucos deles conseguem comer mais de uma vez ao dia. No entanto, é provável que a população urbana mais pobre esteja em Luanda, Maputo (Moçambique), Kinshasa, Cochabamba (Bolívia), onde dois terços ou mais dos moradores ganham menos que custo da nutrição mínima necessária por dia. Em Luanda, onde um quarto das famílias tem um consumo per capita de menos de 75 centavos de dólar por dia, mortalidade infantil (criança com menos de 5 anos) foi de horrendos 320 a cada 1.000 em 1993 a mais alta do mundo. (DAVIS, 2006, p.35).

O Brasil não é apontado com maior gravidade, mas também está entre as maiores populações de favelados do planeta, com o percentual 36,6%, o que corresponde a 51,7 milhões de pessoas. O autor faz a observação de que as favelas têm crescido muito mais do que as próprias cidades que se pautam em modelos de modernização como aquele que Haussmann utilizou em Paris. Em nome do progresso econômico, as cidades são submetidas a transformações que demarcam um cenário de guerra social, quando os autores das leis determinam que todo e qualquer vestígio da pobreza deve ser banida da visibilidade pública. Tudo em nome de um padrão de beleza das cidades que garante qualidade de vida apenas a uma pequena parcela da sociedade. Nesse sentido, os planos urbanísticos buscam higienizar as cidades com superpopulação, através da remoção dos excedentes para os cantos distantes das áreas centrais valorizadas das cidades, uma prática antiga imposta pelo sistema.

O recrudescimento de remoções e despejos irregulares de pequenas favelas [...] revela uma clara intervenção segregadora. Em algumas áreas, em especial no centro da cidade, a população de baixa renda é obrigada a se deslocar por pressão do aumento dos preços e de serviços e aluguéis, dando lugar a novas moradias de classe média. (BARREIRA, 2013, p. 160)

Ações dessa ordem acontecem principalmente em cidades escaladas para sediar megaeventos que atraem olhares de todos os cantos do planeta. Sendo assim, a “casa” deve ao menos parecer bem estruturada, para então, quem sabe atrair bons investimentos. O Brasil passou por essa experiência com os eventos da Copa do Mundo e Olimpíadas. A cidade do Rio de Janeiro em destaque precisou de um esforço intenso dos órgãos gestores para tentar esconder ou conter a dinâmica cotidiana da cidade composta por uma gigantesca desordem, violência e um cenário de crescente pobreza revelado pelas favelas.

A presença de grupos armados com domínio sobre o território, incluindo favelas próximas ou no interior de áreas valorizadas da cidade, é um pesadelo permanente para o conjunto da população carioca e revela uma dimensão

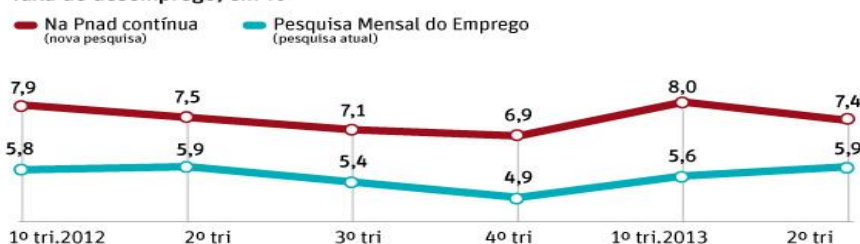
estrutural da ordem instituída. Mas é também um problema que demanda ações de urgência para quem pretende criar um ambiente favorável aos negócios e mascarar os efeitos da crise econômica e social. Sem uma articulação entre reestruturação urbana e iniciativas de diminuição seletiva da letalidade dos conflitos, qualquer tentativa de conferir a cidades do Rio de Janeiro uma imagem positiva e potencialmente lucrativa seria muito pouco factível. (BARREIRA, 2013, p. 144)

De acordo com essa autora, as modificações permanentes do espaço caminham em concordância com e em função do lucro contribuindo para a adaptação das cidades à dinâmica sempre idêntica da valorização econômica movida pela lógica da renovação que não se separa da cultura do consumo. Nesse universo restrito, não há lugar para uma população que mal consegue se alimentar uma vez ao dia. Pode-se observar que o mundo tem se voltado cada vez mais a uma mercantilização de tudo e de todos, que impõe à sociedade a automação da produção e dos serviços. Para garantia da maximização do lucro, não são poupados investimentos em inovação tecnológica visando à elevação da produtividade, mesmo que esse padrão de produção de mercadorias venha de encontro à exaustão dos recursos naturais já escassos.

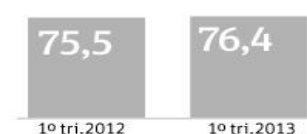
Esses incansáveis arranjos do espaço pautados na ideologia da modernidade só reforçam as diferenças entre as áreas economicamente centralizadas e as periferias em pleno abandono, abrigando milhões de pessoas em situação de desemprego e desocupação, conforme mostram os dados abaixo:

MAIS ABRANGENTE

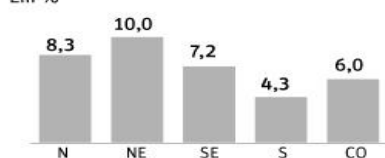
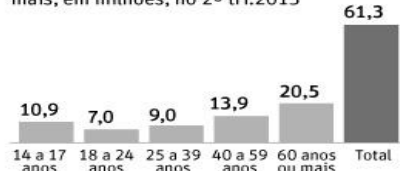
Nova pesquisa do IBGE para o desemprego aponta índice maior de desocupação que amostra feita até agora

Taxa de desemprego, em %**Principais diferenças**

PME	Pnad
Seis maiores regiões metropolitanas	3.500 municípios
Mensal	Trimestral
Tem dados de rendimento e ocupação por setores	Esses dados serão incorporados até o final do ano

Formalização do trabalho
Em % do total de empregados com carteira de trabalho assinada

Fonte: IBGE

Taxa de desemprego, por regiões, no 2o tri. 2013, pela nova Pnad contínua
Em %**Quem não tem nem procura emprego**
Entre os brasileiros com 14 anos ou mais, em milhões, no 2o tri. 2013**3.2. Superpopulação desempregada e desocupada de Juiz de Fora**

A questão do crescimento da população pobre em favelas e periferias das cidades brasileiras não   novidade. Este tem sido objeto de estudo desde os anos 1880, com a abolição da escravidão. O que mudou é que, antes, a massa que adensava os centros urbanos conseguia negociar a sua força de trabalho mesmo que precariamente. Antes, as expectativas para conseguir um emprego eram melhores, hoje são extremamente negativas, tanto que até as pequenas e m dias cidades têm vivenciado a crise do desemprego.

Na cidade de Juiz de Fora/MG, localizada na região sudeste do estado de Minas Gerais, com sua população estimada em 559.636 habitantes, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Assistência Social aponta os seguintes dados sobre o acesso ao trabalho da população moradora nas áreas de abrangência dos CRASS:

Quadro 1 – Acesso das famílias atendidas pela Assistência Social em Juiz de Fora ao trabalho e à renda

	Famílias com membros em idade ativa desocupados	Famílias com membros ocupados no setor informal	Famílias com membros ocupados no setor formal	Famílias com rendimento inferior a 1 salário mínimo	Famílias com rendimento inferior a 2 salários mínimos
CRAS Centro	54,5% (8.200 famílias)	60,6%	39,4%	79,8% (12.004 famílias)	98% (14.748 famílias)
CRAS Leste Linhares	70% (10.160 famílias)	61,2%	38,8%	80% (11.708 famílias)	98,7% (14.332 famílias)
CRAS Leste São Benedito	64,8% (4.996 famílias)	59,3%	40,7%	79% (6.100 famílias)	98,1% (7.568 famílias)
CRAS Nordeste Gramma	74,2% (5.692 famílias)	62,9%	37,1%	83% (6.100 famílias)	98,1% (7.528 famílias)
CRAS Norte Barbosa Lage	64,2% (6.752 famílias)	61,5%	38,5%	80% (8.452 famílias)	98,4% (10.348 famílias)
CRAS Norte Benfica	77,1% (7.728 famílias)	69,5%	30,5%	83% (8.368 famílias)	99,2% (9.944 famílias)
CRAS Norte Santa Cruz	72,4% (5.556 famílias)	62%	38%	80% (6.168 famílias)	98% (7.520 famílias)
CRAS Oeste São Pedro	72,3% (5.512 famílias)	60,3%	39,7%	81% (6.224 famílias)	98,5% (7.512 famílias)
CRAS Sudeste Costa Carvalho	69,7% (7.432 famílias)	64,9%	35,1%	81,3% (8.664 famílias)	98,3% (10.480 famílias)
CRAS Sudeste Olavo Costa	74,9% (3.652 famílias)	66,2%	33,8%	85,9% (4.188 famílias)	99,2% (4.836 famílias)
CRAS Sul Ipiranga	71,3% (11.292 famílias)	59,3%	40,7%	80% (12.740 famílias)	98,5% (15.600 famílias)

Fonte: CLARET; CAMPOS, 2012 apud BARBOSA, Laís, 2016

O quadro acima revela ainda que, somados aos desempregados, estão também os desocupados que possuem idade ativa e estão em possibilidades ainda menores de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Marx chegou a classificar esse grupo como “lumpemproletariado”, ou seja, pessoas em condições de subemprego, que vivem na mendicância, no tráfico de drogas, realizando roubos, vagando pelas periferias como indigentes.

Conforme observado, na atualidade, o contingente de desempregados cresce extrapolando a necessidade do exército industrial de reserva. Por isso, ficam na condição de supérfluos, propícios ao descarte. Condenados ao lixo, precisam buscar saídas para se manterem ao menos na condição de seres vivos.

O trabalho informal é um dos meios que encontram para suprir as necessidades suficientes à sobrevivência. Em Juiz de Fora, é possível notar a multiplicação dos informais pelas ruas, a exemplo dos vendedores ambulantes. É uma das mais claras manifestações do impacto do desemprego e, também, do aumento da inflação, pois, com a inflação em alta, até mesmo trabalhadores formais buscam meios para complementar a renda familiar, não sendo o salário mínimo suficiente para cobrir todas as despesas. De acordo com o Jornal Tribuna de Minas, em Juiz de Fora, no ano de 2016:

São menos 2.562 empregos com carteira assinada (até novembro). Em 12 meses, a retração chega a 3.733 vagas, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Uma preocupação unânime é que o seguro-desemprego, ao final das cinco parcelas, tem fim, ao contrário das necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias. Só no UAI local, a demanda dobrou, passando de 1.700 para 2.400 em dezembro de 2015 ante o mesmo mês de 2014.

A matéria do jornal chama a atenção para o fato de a massa de desempregados ser crescente não apenas por haver aumento das demissões, mas, principalmente, pela redução das contratações. E ainda indica que em contrapartida, *a taxa de informalidade, que apresentava tendências de queda desde 2012, reverteu a curva a partir do segundo trimestre de 2014, quando era de 43,9%. O indicador cresceu de 44,1% no terceiro trimestre de 2014 para 45,1% em igual período de 2015.* Tais indicadores apontam que o mercado de trabalho continua a deteriorar, e as pessoas começam a buscar o “pão de cada dia” de forma individual na informalidade.

A ação dos órgãos governamentais em relação a esses trabalhadores precarizados, como se poderia de esperar, é de pura repressão. A Secretaria de Atividades Urbanas (SAU) do município, rotineiramente, faz rondas pelas áreas centrais da cidade, entre os trabalhadores que, na maioria das vezes, são abordados e às vezes detidos, tendo suas mercadorias apreendidas. A razão alegada pela fiscalização é a garantia da qualidade do produto adquirido pelo consumidor, porém, muitos dos produtos comercializados que também são apreendidos são artesanais. Mas, na verdade, essa modalidade do trabalho informal abre concorrência com o comércio formal que paga impostos pelo ponto de venda.

Assim sendo, antes da preocupação com a qualidade e procedência do produto comercializado, a questão é o imposto que se deve pagar pela ocupação do ponto comercial que, logicamente, exclui as massas periféricas que não podem atender tais exigências. Além de precisar de dinheiro para pagar, precisa-se também de tolerância social para ocupar determinado espaço e não há qualquer tolerância com trabalhadores que arriscam a vender suas mercadorias pelas ruas. As patrulhas de fiscalização circulam não só com os funcionários da secretaria, mas também com a polícia militar.

A existência de uma entidade negativa para esse tipo de trabalho faz com que o trabalhador informal seja tratado como um bandido e obrigado a fugir para não ter as mercadorias apreendidas nas situações de fiscalização. Por outro lado, é digno de notar que a sua existência e atuação cumpra uma função social e atenda a diversos interesses, além de ser uma conformação inerente ao Capitalismo. Constata-se a falta de estatuto profissional regulamentado e ausência de direitos no trabalho contribuem para mais violência que incide sobre esses indivíduos. (MATSUO, 2009, p. 19)

Essa é mais uma constatação da presença do Estado Penal, que deveria pensar na exposição desses trabalhadores sujeitos a sérios acidentes de trabalhos e desprovidos das legislações trabalhistas. São rotulados como criminosos, desocupados, contrabandistas, traficantes e causadores de desordem que só causam poluição no visual da cidade. Tanto que a fiscalização é mais intensa nas áreas nobres da cidade e não tolera concentração de ambulantes na principal avenida da cidade que é a Rio Branco. No entanto, na Avenida Getúlio Vargas, principal ponto de embarque e desembarque dos trabalhadores de segunda classe, a fiscalização é frouxa e, assim, a maior concentração de ambulantes ali se encontra, apesar de já ter sido cogita a remoção desses pelos órgãos de fiscalização.

Sob o teto capitalista, mas, sem serem absorvidos pelo sistema, há uma legião de desempregados e desocupados, que lutam fora das formalidades da ordem vigente e sobrevivem ainda que com muito poucos recursos em áreas condenadas. Nessa direção, vão organizando suas atividades econômicas por meios limitados, sem a participação de qualquer tipo de empresa privada ou estatal, estendem uma rede puramente popular, uma vez que entendem que não há lugar para o seu segmento de classe no sistema que domina a economia global.

Considerações Finais

Um dos principais impactos da crise capitalista são as estratégias de reajustes econômicos de cunho liberal que rebatem diretamente no “mundo do trabalho”. Ou seja, em tempos de crise do sistema, a classe trabalhadora é a primeira a ser atingida a começar pelas alternativas de trabalho flexível, uma exigência do profissional polivalente. Os avanços tecnológicos aliados à ideologia de modernidade são outros fatores que contribuem com a desvalorização do trabalho humano e funcionam como motor da multiplicação do desemprego. Trata-se, portanto, dos efeitos do sistema econômico na condições de reprodução da força de trabalho, em especial sobre o lugar dos excedentes na contemporaneidade.

Nos últimos anos, a população de baixa renda tem assistido suas condições de vida se deteriorar em consequência da diminuição drástica do número de empregos e a redução do valor de seus salários em nível acelerado. Logo, forma-se na sociedade global uma massa de excedentes da esfera econômica que tendem a concentrar-se em áreas ilegal e irregularmente ocupadas nas cidades. Esse montante de seres tende a permanecer desprovidos da proteção estatal. Condenados a suprema miséria desumanização, rejeitados de toda ordem civilizatória, tidos como perigosos, são tratados como ameaça social em potencial que devem ser banidos do horizonte urbano e rentável.

Por meio das análises dessa dissertação, buscou-se desmistificar a ideia de que o Estado é fundado para promover a proteção social, sendo que, suas atividades sempre estiveram subordinadas aos interesses do sistema econômico que, desde os anos 1500, aderiu a ideologia da modernidade, buscando renovar tudo o tempo todo em busca de valorizar o capital. Nesse momento, o descarte das coisas consideradas velhas, se tornam indesejáveis e passam ser dispensadas rotineiramente; isso inclui não apenas objetos materiais, mas, também relações sociais como o trabalho humano são reduzidas nesse modelo de acumulação capitalista. Os dados apontados referentes ao crescente desemprego e à desocupação revelam essa realidade da desvalorização do trabalho. A organização do território é uma denúncia aberta das áreas destinadas a descartes de vidas humanas, pessoas consideradas inúteis ao espaço capitalista e que, dificilmente, se transformará em uma população viável ao capital.

O empenho em renovar todas as modalidades de acumulação para manutenção da ordem vigente inclui excluir tais indivíduos da vida em sociedade. Nessa direção, o

Estado representado pela segurança pública em busca de preservar a boa imagem das cidades capitalistas se coloca em exercício de vigilância sobre o comportamento da população indesejável que, ainda, circulam nos centros urbanos em busca de meios para sobrevivência. Pois, as cidades devem se manter organizadas, limpas e disciplinadas aos olhos da economia.

As atividades de fiscalização de postura urbana sobre os trabalhadores urbanos informais, principalmente os vendedores ambulantes que as secretarias de atividades urbanas realizam, nada mais é do que um meio de expulsar a imagem de desordem dos centros comerciais, sendo que esses trabalhadores são tratados como criminosos, figuras negativas aos olhos de possíveis investimentos de capitais externos. A trama dessas ações que buscam padronizar a postura dos cidadãos são traços de uma sociedade submetida aos desígnios capitalistas que estão diretamente ligados ao mecanismo de geração, exclusão e segregação dos excedentes.

Os avanços tecnológicos, sem dúvidas, facilitaram os processos de produção e potencializando aspectos do desenvolvimento socioeconômico. Mas, em contra partida subverteram as relações que colocam o mundo em situação de crise total, econômica, cultural, política, religiosa, etc. Os autores estudados nessa dissertação são extremamente atentos a esses movimentos da realidade que configuram um estado de guerra civil. E estão totalmente convencidos de que não há política, não há manifestação social e nem haverá Estado capaz de frear os avanços do sistema que corrompe a sociedade. Suas análises servem de alerta para muitos profissionais, inclusive os assistentes sociais, para ficarem mais atentos aos sujeitos sociais e deixarem os estudos das políticas públicas e sociais a serem feitos secundariamente a partir do conhecimento estreito da realidade do sujeito atendido, pois, se sabe que além de focalizadas tais políticas funcionam como apaziguamento não resolvem pela raiz a questão apresentada.

Mais que os autores, a população descartada pelo sistema capitalista tem a convicção de que não há chance civilizatória para sua categoria nessa sociedade. Nessas condições, buscam a sobrevivência por si só, não a outra forma de viver se não a informalidade. Ignorados pela ordem vigente e ao mesmo tempo debaixo de teto da própria ordem, enquanto lhes resta a vida, luta-se por viver e um sistema de auto gestão popular se cria ainda que de maneira desorganizada, mas, é na iniciativa de ocupar os espaços públicos, seja para trabalhar e, ou morar é que esse contingente populacional tem estabelecido sua alternativa de renda.

A partir de então, se ver a possibilidade de transformar a realidade por fora do Estado, isso tem acontecido para pequenos grupos organizados como o MST, o MTST que é um movimento territorial que tem lutado e resistido fortemente as repressões do sistema. Dada a realidade dos dados apontados nesse texto, é difícil ter otimismo para inversão dos fatos, mas, não podemos negar a luta de movimentos sociais que buscam enfrentar as adversidades atualmente postas pelo capitalismo. Trata-se simplesmente de evidenciar que é próprio da lógica capitalista produzir rejeitos de todas as espécies, inclusive do humano.

É relevante estudar o lugar dos excedentes na atualidade uma vez que o assistente social trabalha diretamente com esse seguimento populacional. Compreender a localização e as razões dessa população, ocupar um lugar cada mais periférico tanto na esfera social, territorial, política e econômica é fundamental para a eficácia da atuação profissional. Com essa perspectiva observamos a necessidade de em um outro momento dar sequência na pesquisa aprofundando o conhecimento sobre as formas em que o capitalismo coloca a humanidade em situação de extermínio para dar continuidade ao fluxo do seu processo de valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro F. e FIX, Mariana. **Minha Casa Minha Vida, o pacote habitacional de Lula**. Jul.2009. Disponível em:

<<http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171/>>

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

BALBINO, Selmara de C.; MENEGAT, Elizete. **Periferia, mercado de trabalho: configuração sócio-territoriais do racismo brasileiro**. Anais: IV Seminário Internacional: Crise do capital, periferia urbana, lutas sociais e Serviço Social. p. 517-528. Nov. 2015.

BARREIRA, Marcos. **Cidade Olímpica: Sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro**. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro de (Org.). Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

Brasil perdeu 1,5 milhão de vagas com carteira assinada em 2015, pior marca em 31 anos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1813988-brasil-perdeu-15-milhao-de-vagas-com-carteira-assinada-em-2015-pior-marca-em-31-anos.shtml>>

Brasil pode ter quase 1 em cada 5 novos desempregados do mundo em 2017, diz OIT. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160119_brasil_desemprego_oit_fd>

BECHER, Mariela N. e VILLAR, André G. **Da acumulação por despossessão às formas embrionárias da emancipação humana**. Revista Argumentum. Vitória, v. 5, n. 2, p. 89-100, Jul./Dez 2013.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLANK, Javier. **Acumulação sem legitimação e o recrudescimento da violência estatal**. In: Revista EPOS. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 79-98. Jan/Jun. 2015.

BRITO, Felipe. **Chamemos a coisa pelo nome: pilhagem, rapinagem, espoliação**. Dez. 2016. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2016/12/02/chamemos-a-coisa-pelo-nome-pilhagem-rapinagem-espoliação/>>

BOULOS, Guilherme, GUIMARÃES, Vítor. **Povo sem medo: a saída da crise é pela esquerda e nas ruas**. In: Revista Territórios Transversais. Rio de Janeiro, n. 4, p. 4. 2016.

COCCO, Giuseppe. **A crise financeira global: a cisão entre capital fictício e real e o papel do estado**. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, Vol. 1, n. 1, 1997, p. 278-300.

CARDOSO, A.L. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ - FASE, 2001. Disponível em:

<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf>

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

COTTA, Ana, L. **Questão urbana na região metropolitana de Belo Horizonte: a luta por moradia na Comunidade Dandara**. 2016. 79 folhas. Dissertação - UFRJ

COUTINHO, Carlos Nelson. “**As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**.” In: _____. (Org.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estado brasileiro: gênese, crises, alternativas**. In: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. 1ª imp. São Paulo: Fiocruz/EPSJV, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOWBOR, Ladislau, **A captura do poder pelo sistema corporativo**. Jun. 2016. Disponível em:<<http://dowbor.org>>

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2015.

GOMES, M. F. C. M. **Serviço Social e Políticas Urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais**. In: Revista Libertas. Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. art. 6. 2015.

GONÇALVES, M. C. V. **Políticas Sociais Setoriais e Planejamento: habitação**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03. Brasília: CEAD, 1999, p. 248 a 259.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. SP: Hucitec, 1980. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço e Debates, São Paulo, Ano II, n. 6, p.6-35, jun. set 1982.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: Espaço e Tempo, São Paulo: GEOUSP n. 26, p.09-17, 2009.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Artigo publicado na Revista Piauí n. 82 de julho de 2013. Disponível em:<<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. In: Espaço e Debates nº. 6. São Paulo: NERU/Cortez, 1982.

IASI, Mauro Luís. **“A rebelião, a cidade e a consciência”**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Informalidade cresce com desemprego. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/noticias/economia/17-01-2016/informalidade-cresce-com-desemprego.html>

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor.** 1ª edição. Lisboa: Antígona, 2006.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. _____. Seres humanos não rentáveis. Disponível em: obeco.planetaclix.pt/rkurz254.htm

LAGO, Luciana, C. **A produção autogestionária do habitat popular e requalificação da vida urbana.** In: CARDOSO, Adauto, L., JAENISCH, Samuel, T., ARAGÃO, Thêmis, A. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora: Letra Capital: Observatório Metrôpoles. 2017.

MACHADO, Ana C. S. G. **Efeitos da crise capitalista sobre aqueles que aparentemente estão excluídos do circuito de produção.** Anais: IV Seminário Internacional: Crise do capital, periferia urbana, lutas sociais e Serviço Social. p. 108-117. Nov. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível.** In: MARICATO, Ermínia (Org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular. 2015

MARX, Karl, Wagner; **Grosas marginais ao trabalhador de economia política.** Londrina, vol.13, n.2, p.170- 179. 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido comunista.** São Paulo: Escala, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos: e outros textos escolhidos.** São Paulo: Nova Cultura, 1991.

MATSUO, Myran. **Trabalho informal, desemprego: desigualdades sociais.** 2009. Tese – USP.

MENEGAT, Elizete. **Questão social segregação sócio - territorial: Termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental.** (2003).

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas.** Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **“Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”.** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato [et. al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, Júlio, P. **As dimensões corporativas do programa minha casa minha vida, o dilema entre a política social e a política econômica.** In: CARDOSO, Adauto, L., JAENISCH, Samuel, T., ARAGÃO, Thêmis, A. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora: Letra Capital: Observatório Metrôpoles. 2017.

PATU, Gustavo. **Sessenta e um milhões estão fora da força de trabalho.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1399413-61-milhoes-estao-fora-da-forca-de-trabalho.shtml>>

PINTO, Marina, B. **Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira.** In: Revista Libertas. Juiz de Fora, v. 4 e 5 n especial, p. 92-117. Jan/Dez 2004, Jan/Dez 2005.

RIBEIRO, Ana, C. T. **Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular.** Margem Esquerda - Ensaios Marxista. n. 12. Boitempo, 2008.

RIBEIRO, Silva. **Cuarta revolución industrial, tecnologías e impactos.** Disponível em: ><http://www.alainet.org/es/articulo/181334><.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A cidade como direito.** In: Colóquio internacional de geocrítica, n.9, 2007, Porto Alegre. *Anais.* Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>>.

RODRIGUES, Arlete, M. **Os geógrafos na luta pela cidade como direito.** Boletim Companheiros de Geografia, v. 3, n. 1, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Nosso déficit não é de casas, é de cidade.** Entrevista cedida ao Jornal Brasil de Fato. Out. 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/11/06/nosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade/>>

SILVA, Tamara, A. M. **A população das periferias relegada às formas ilegais e irregulares de ocupação do solo.** Anais: IV Seminário Internacional: Crise do capital, periferia urbana, lutas sociais e Serviço Social. p. 368-380. Nov. 2015.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbanizado na economia capitalista.** In: MARICATO, Ermínia (Org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, Lílian A. **A produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora: a ocupação Vila Barroso.** 27 de jun. 2016. Dissertação – UFJF

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1993.